

A aposentadoria policial civil – Configuração Subjetiva, modo de vida e saúde.
Estudos de casos com servidores da polícia civil do Distrito Federal.

Carlos Eduardo Prata Antunes

Brasília

2014

A aposentadoria policial civil – Configuração Subjetiva, modo de vida e saúde.
Estudos de casos com servidores da polícia civil do Distrito Federal.

Carlos Eduardo Prata Antunes

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro Universitário de Brasília – UniCeub como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre.
Professor-Orientador: Fernando Luis González Rey

Brasília

2014

Folha de Avaliação

Autor: Carlos Eduardo Prata Antunes

Banca Examinadora:

Prof.Dr. Fernando Luis González Rey
Orientador

Prof.Dr. José Bizerril

Prof.Dr^a. Cristina Massot Madeira Coelho

Brasília
2014

Dedico este trabalho a todos os policiais civis por contribuíram com as entrevistas, e que, honrosamente têm laborado em suas atividades que, por sinal, requerem deles coragem, dedicação e desprendimento.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus, por sua fidelidade, graça e amor. Agradeço ao Pai Supremo, por me dar a grande oportunidade de pensar, conhecer, ver, sentir, compartilhar, amar, enfim, viver plenamente todos os meus sonhos, desafios, alegrias e tristezas.

À minha esposa, que compartilha comigo os meus e os seus sonhos, as minhas e as suas ansiedades, as minhas e as suas conquistas, as minhas e as suas alegrias. Eu amo e respeito você!

Às minhas filhas, pelos sorrisos, carinhos, travessuras, que me fizeram e me fazem sair do meu mundo e ver que existem diversos outros mundos, inclusive, e, principalmente, o delas.

À minha mãe, uma guerreira, que pelo seu exemplo de luta, me motivou sempre a buscar algo de melhor, que acreditou em mim, e numa promessa dada por Deus para a nossa família. (*in memoriam*)

Aos meus irmãos, pessoas maravilhosas, que me olham como seu irmão, e me amam como se fossem plenamente meus amigos.

Aos irmãos em Cristo Álvaro, Maria José e Simone por terem contribuído na feitura dessa dissertação, que Deus os abençoe.

Agradeço a cada professor e professora que auxiliaram para minha formação acadêmica, e principalmente ao Dr. Fernando Luis González Rey, que me fez perceber que a psicologia não gira em torno de caixas fechadas, encapsuladas em suas *pseudo* verdades.

RESUMO

Este trabalho surge na observação deste pesquisador quando no exercício de suas funções como psicólogo na Policlínica da Polícia Civil do Distrito Federal. Notou-se a precocidade das aposentadorias desses servidores e também alguns adoecimentos psíquicos “gerados” no exercício dessa atividade policial. Assim, esse estudo se propõe compreender os impactos da aposentadoria nos policiais civis da Polícia Civil do Distrito Federal. Para tanto, utiliza uma metodologia construtivo-interpretativo, com enfoque na perspectiva epistemológica qualitativa. O trabalho foi dividido em duas fases. Na primeira fizeram parte da pesquisa 37 (trinta e sete) policiais civis do Distrito Federal de diferentes cargos e sexos (Agente de Polícia, Agente Penitenciário, Escrivão de Polícia, Perito Médico Legista e Perito Criminal). Nesta fase, os participantes integraram grupos de discussão sobre a temática – aposentadoria. Na segunda fase foram selecionados 6 (seis) policiais civis (4 Agentes de Polícia, 1 Perita Papiloscopista e 1 Agente Penitenciário) sendo duas mulheres e quatro homens. Desses foram selecionados dois casos (um homem e uma mulher), devido à qualidade das informações compartilhadas. Os casos foram analisados como Estudos de Casos e serviram de base para a construção da informação sobre o impacto da aposentadoria nos policiais civis do Distrito Federal. Nesta fase foram utilizados três instrumentos de pesquisa: complemento de frases, questionário aberto e a apresentação de fotos. De modo geral, baseados nas construções interpretativas elaboradas na parte empírica, os casos estudados a partir da teoria da subjetividade revelam como a aposentadoria policial civil responde a configurações subjetivas muito distintas e que levam em consideração aspectos simbólico-emocionais. Nessa mesma perspectiva a configuração subjetiva da aposentadoria não é um fenômeno universal e que se expressa por características comuns entre os servidores da PCDF. Os modelos teóricos elaborados em cada caso para explicar a configuração subjetiva da aposentadoria policial trazem em seu bojo a subjetividade social dominante na instituição policial, bem como outros aspectos compartilhados socialmente que envolvem sentimentos de inutilidade e de perda de valores pessoais como: a investidura da autoridade como parte da identidade desses trabalhadores.

Palavra-Chave: Subjetividade. Aposentadoria. Epistemologia qualitativa.

ABSTRACT

This work originated from this researcher's observations while acting as a psychologist at the Federal District Civilian Police Polyclinic. He observed that most Civilian Police Officers retired early, many of which had developed some kind of mental disease while in active duty. Therefore, this study aims at understanding the impact of retirement on Federal District Civilian Police Officers. For that, it will be used a constructive-interpretative methodology, approach will be used in qualitative epistemological perspective. This work is divided in two phases: In the first, thirty seven Federal District Civilian Police Officers of both genders and from different positions, like Police Agent, Penitentiary Agent, Clerks, Medical Expert and Criminal Expert, took part in the research. They were divided into groups to discuss the theme retirement. Starting the second phase, six officers were selected. They were four men and two women acting as Police Agents, fingerprint professional, and a Penitentiary Agent. Further, two of these Officers were selected, a man and a woman due to the quality of the informations they shared. The author used them to construct his thesis about the impact of retirement on Federal District Civilian Police Officers. In this phase, four research tools were used: phase complements, open questions, and photo presentations. Overall, based on interpretative constructions elaborated in the empirical part, the cases studied from the theory of subjectivity reveal how civil police retirement responds to very different subjective configurations that take into account symbolic and emotional aspects. By the same token the subjective configuration of retirement is not a universal phenomenon and is expressed in a set of common characteristics among the servers of PCDF. Theoretical models developed in each case to explain the subjective configuration of police retirement bring in its wake the dominant social subjectivity in the police institution as well as other socially shared aspects that involve feelings of worthlessness and loss of personal values as the investiture of authority as part of the identity of these workers.

Keyword: Subjectivity. Retirement. Qualitative epistemology.

Lista de Abreviaturas

PCDF – Polícia Civil do Distrito Federal
--

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	11
2.	SAÚDE E SUAS CONCEPÇÕES	13
2.1	Modo de Vida	16
3	A POLÍCIA	19
3.1	A Polícia Brasileira	21
3.2	A Polícia Civil do Distrito Federal	22
3.3	A Subjetividade Social da Polícia	24
3.4	A aposentadoria policial	28
4	A TEORIA DA SUBJETIVIDADE DE GONZÁLEZ REY	33
4.1	Sujeito	37
4.2	Sentido Subjetivo	39
4.3	Configuração Subjetiva	40
5	PESQUISA QUALITATIVA	43
6	EPISTEMOLOGIA QUALITATIVA	47
6.1	Dos Participantes	50
6.2	Dos Instrumentos de Pesquisa	52
7.	ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	55
7.1	Construção da Informação – Uma breve exposição teórica	55
7.2	Organização das Informações	58
7.3	O Policia Civil Diante da aposentadoria – Estudos de Casos com Policiais Civis do Distrito Federal.	59
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
9.	REFERÊNCIAS	95
	APÊNDICE - Termo de Consentimento livre e Esclarecido – TCLE	102

1) INTRODUÇÃO

A aposentadoria é um fenômeno importante da subjetividade dos trabalhadores, sendo que essa configuração subjetiva é construída pela subjetividade individual e social. O trabalho como componente da subjetividade humana é formado e forma os seres à medida que os indivíduos vivenciam e representam o que fazem. Então, pelo trabalho, as pessoas podem revelar-se ao outro, ao mesmo tempo, a individualidade e o sentido de pertencimento ao gênero humano. Como efeito do trabalho, a aposentadoria insere-se como fenômeno demarcador de uma nova fase de vida do trabalhador, tendente a produzir sentidos subjetivos diversos, que podem apontar para vivências qualitativamente diferentes em cada policial.

Dessa forma, faz-se necessário estudar o fenômeno da aposentadoria, pois este remete a valores de uma cultura capitalista e consumista atrelada à ideia de produtividade. Esses valores indicam, quando da aposentadoria, uma depreciação do servidor, pois as pessoas consideradas “inativas” não fazem parte da estatística de sujeitos produtivos. Paralelamente à questão da aposentadoria, está o envelhecimento e tudo o que acarreta esse processo, como: os problemas de saúde e a subjetivação das pessoas ao longo de sua vida. Assim, o estudo da aposentadoria assume papel fundamental como elemento que compõe o processo de subjetivação pessoal.

Um fator importante nesse trabalho é que a aposentadoria policial tem peculiaridades tais como: o tempo de serviço diferenciado e a natureza do trabalho, que é perigoso, penoso e até insalubre. Os policiais se aposentam contados trinta anos de serviço, sem a inclusão de idade como ocorre em outras atividades, o que leva os servidores a se aposentarem em idade ainda considerada produtiva. A natureza da atividade policial é outro fator importante. A subjetividade social institucional, esta pautada pelo poder e pela autoridade que lhe são investidas no exercício da função, bem como o perigo, são aspectos que contribuem para a produção de sentidos subjetivos diversos a respeito do trabalho e também da aposentadoria policial.

Também é importante, dentro do escopo deste trabalho, a ideia de saúde, que precisa, juntamente com a doença, ser entendida como um sistema complexo que envolve o sujeito de maneira integral em todos os aspectos de sua vida.

Além da categoria saúde, outra categoria essencial para este trabalho é a subjetividade. Essa categoria, a partir do posicionamento assumido por González Rey (1997,2002, 2005), é entendida como uma organização de sentidos subjetivos e configurações subjetivas que definem o valor da experiência vivida para as pessoas. A subjetividade, ainda para Gonzalez Rey, está vinculada a uma visão não reducionista do ser, que se volta para uma perspectiva da complexidade humana, diferente do modelo biomédico que tenta reduzir o sujeito ao modo simplista das classificações, trazendo em seu bojo rótulos e pouca perspectiva de mudança dos sujeitos. A teoria da subjetividade, ao contrário, busca por meio do método construtivo-interpretativo produzir conhecimento com o embasamento pautado em aportes do campo do saber histórico-cultural de Vygostsky e Rubinstein.

González Rey (2011), tratando ainda sobre subjetividade salienta a importância da subjetividade individual e social na organização psíquica dos sujeitos e levanta a necessidade de estudar outros temas como o modo de vida. Para esse autor (2011), o modo de vida é uma produção subjetiva associada às ações, formas de relação e posicionamentos das pessoas na organização de sua vida pessoal, algo que nos parece muito importante para o estudo da aposentadoria policial.

Assim, o objetivo geral dessa investigação científica é compreender o impacto subjetivo da aposentadoria na saúde do policial civil do Distrito Federal e as redes íntimas de relacionamento nessa nova experiência vivencial. Derivando desse objetivo geral foram levantados no curso da pesquisa outros dois objetivos específicos: aprofundar o conhecimento a respeito das configurações subjetivas de diferentes policiais da PCDF e suas possíveis implicações na vida desses servidores após a aposentadoria. Além desse objetivo, o trabalho buscou compreender como a capacidade para gerar sentidos subjetivos e novas configurações associadas a um novo modo de vida influencia o bem estar dos policiais depois da aposentadoria.

Inicialmente será exposto o conceito de saúde, entendendo esse como processos qualitativos complexos que integram o somático e o psíquico de maneira holística, formando uma unidade inseparável do ser.

2) SAÚDE E SUAS CONCEPÇÕES

Segundo Yépez-Traverso (2001) o estudo da saúde está vinculado ao desenvolvimento da medicina como ciência. O aumento do conhecimento médico, durante os séculos XVIII e XIX, e o pensamento cartesiano da divisão entre o corpo e mente, foram fundamentais ao modelo biomédico (Capra, 1982); entretanto, esse modelo enfatiza apenas o fisiológico e indica que toda doença ou desordem física pode ser explicada por mudanças no processo fisiológico.

A etiologia biomédica não respondia a todos os processos de adoecimento, pois estes processos envolviam e envolvem outros elementos, tais como os aspectos emocionais. O exemplo clássico são os trabalhos de Freud, no início do século XX. As construções freudianas revelaram o papel dos conflitos emocionais no surgimento de sintomas que não indicavam nenhuma causa física, revelando, dessa forma, que o organismo fazia parte de um todo que envolvia também outro elemento, que momentaneamente, para Freud, era representado por uma dinâmica intrapsíquica.

Conforme González Rey (2003), na literatura freudiana, o indivíduo aparece mais como um cenário de luta de forças do que como uma instância geradora que produz uma produção de sentido. Segundo González Rey (2003), Freud não compreendia a *psique* como uma produção de sentido subjetivo, como demonstra o fato de construir um mecanismo psíquico universal, independente da história e dos contextos culturais em que agia a pessoa. Para esse autor (2003), não se pode falar em uma teoria da subjetividade, pois esta estava amarrada a formas de subjetivação ou a estruturas psíquicas invariáveis, e desatrelada da dimensão social dos sujeitos.

Embora grande parte dos profissionais conceba a saúde como ausência de sintomas, González Rey (2004) enfatiza a ideia da dimensão social na categoria saúde e na formulação do seu conceito de subjetividade.

De acordo com Coelho e Almeida Filho (2002), a falta de estudos sobre a definição de saúde parece apontar uma dificuldade conceitual no campo científico dominante. O problema pode ter sido ocasionado pela influência da indústria farmacêutica e de certa cultura da doença favorecendo assim uma definição de saúde como mera ausência de doença.

Segundo González Rey (1997):

Programa de pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia

A doença, como a saúde, é um processo que se define qualitativamente antes do surgimento dos sintomas, os quais não são mais do que um momento do desenvolvimento da doença... A saúde não é a ausência de sintomas, senão que um processo integral que otimiza os recursos do organismo para diminuir sua vulnerabilidade diante dos diferentes agentes e processos causadores da doença. (González Rey, 1997, p.278)

O conceito de saúde comentado pelo autor (1997) demarca o caráter plurideterminado, singular e complexo dessa temática. Minayo (2001, p.14) reforça essa idéia, ao afirmar que o indivíduo dentro da perspectiva médica é excluído no que tange ao processo terapêutico, isso significa que em termos gerais, podemos inferir que o conhecimento médico e o da saúde pública tem sido sistematicamente marcado pelo apagamento dos sujeitos.

González Rey (2011) considera os aspectos subjetivos, culturais e sociais da doença foram esquecidos pelos detentores do saber biomédico, que definem uma gama de doenças baseadas tão somente na sua descrição semiológica, aparecendo o sujeito e reduzem o sujeito à descrições nosológicas sem atender à variabilidade e à individualidade orgânica e subjetiva de cada ser. De acordo com Coelho e Almeida Filho (2002), isso teria ocorrido devido à carência de estudos sobre a ideia de saúde nos moldes referenciais que enfatizam a complexidade do sujeito e não em uma fragmentação mente/corpo.

A psicologia, no século XX, também assumiu por muito tempo esse papel restritivo, na concepção do engessamento metodológico e teórico das ciências naturais do século XIX. Assim, diante uma base epistemológica fraca, a psicologia começou a construir conhecimento numa perspectiva ateórica, esquecendo-se de seus alicerces filosóficos, moldando-se num instrumentalismo positivista externalista. Segundo Rose (2011), a psicologia do século passado, isto é século XX, estava embasada em uma “*expertise psicológica*”, constituída por tecnologias institucionais de cunho psicológico. “A técnica paradigmática da pessoa calculável é o ‘teste’ psicológico. O teste, em todas as suas formas, é um dispositivo de visualização e inscrição das diferenças individuais em uma forma calculável.” (Rose, 2011, p.127). No entanto, a visão da “*metafísica freudiana*” também deixou por um bom tempo um vácuo conceitual explicativo a respeito da gênese e do desenvolvimento dos processos psicológicos que surgiram por meio da cultura.

Para González Rey (2011), esses fatores influenciaram o discurso biomédico e o da clínica psicológica. Yépez-Traverso alinha-se com essa perspectiva quando diz:

...a inserção do psicólogo no campo da saúde não apenas tem sido limitada, mas a própria prática deste profissional, perpassada também pela divisão cartesina corpo-mente, tem tendido ao isolamento e a ficar restrita ao mental e a atividade clínica individual. (Yépez-Traverso, 2001, p.51)

Assim, a psicologia serviu e serve em muitos momentos, como instrumento reafirmador do discurso biomédico já revelado e analisado por Foucault (2011) que retratou, com propriedade, como esse discurso influenciou e determinou segregações, bem como as falas ou discursos de ódio contra segmentos sociais existentes no século XX criaram uma medicina indiscreta, flexível no anunciar suas verdades desagradáveis, portanto, pronta a atender os desejos da lei e o parecer dominante.

A psicologia então utilizou a patologia de forma linear e causal, onde esta não era analisada de maneira ampla de modo a integrar os aspectos subjetivos como inseparáveis da condição social e histórica do homem. Assim, de acordo com Remem (1993), o modelo de saúde atual enfatiza principalmente a doença em detrimento à pessoa, desconsiderando completamente a subjetividade.

As ideias expostas até aqui são importantes para discussão desse trabalho, pois redefine as concepções lineares que determinam por meio de uma semiologia quem são os aposentados saudáveis e os doentes. Quando aprofundamos no estudo da subjetividade humana, podemos notar que a complexidade dos seres humanos não nos permite evocar uma linha do tipo causa e efeito como explicação de um processo de adoecimento e/ou de saúde nos seres humanos.

A aposentadoria policial é um momento significativo na vida dos trabalhadores dessa categoria, pois produz impactos subjetivos que podem gerar tensões e conflitos em suas relações mais próximas. Precisamos lembrar que os policiais pertencem a uma ordem institucional que valoriza a questão do poder, da autoridade, do respeito como elementos fundantes da subjetividade social desses servidores. Quando se aposentam, o que se percebe é certa dificuldade em gerar sentidos subjetivos que possibilitem uma retomada em sua vida ou até mesmo possibilitem produzir sentidos subjetivos diversos diante de quadros de adoecimentos psíquicos que podem surgir em suas vidas e que não são resultados

lineares de um fato concreto como envelhecimento e suas alterações bioquímicas, mas também uma produção que envolve a história do sujeito, bem como sua produção de sentido subjetivo diante de condição social que agora não faz parte mais de sua vida, que é o ser policial. A idéia do ser policial serve claramente como parte de sua identidade pessoal, sendo que a ruptura com essa configuração identitária pode provocar uma produção de sentido que impossibilita uma atuação ativa diante dessa nova condição de vida, gerando dessa forma, quadros de adoecimentos diversos, bem como complicações de quadros de doenças já existentes.

A partir disso, então, vemos o estudo a respeito da temática saúde, entendendo esta como um fenômeno complexo e que não é apenas demarcada por critérios e códigos médicos que não levam em consideração todo um jogo de produção subjetiva do indivíduo.

A saúde e a doença, por conseqüente, precisam ser entendidas como sistemas complexos, que estão em andamento e em constante transformação. Assim, as configurações subjetivas vivenciadas no presente pelas pessoas podem facilitar, ou não, o desenvolvimento de um modo de vida saudável nas pessoas.

Partindo das categorias discutidas nesse capítulo, faz-se necessário o estudo de temas como o modo de vida torna-se elemento fundamental para compreensão da temática estudada.

2.1) MODO DE VIDA

Para González Rey (2011), o modo de vida é uma produção subjetiva associada às ações, às formas de relação e aos posicionamentos das pessoas na organização de suas vidas.

Poltrony (1990, apud González Rey, 2004) afirma que os estudos que tratam dos modos de vida não passam de descrições a respeito de condições de vida, posto que não tratam, em essência, do papel do homem. De acordo com González Rey (2004a), modo de vida: "...é um importante conceito sociológico no qual se expressam as motivações essenciais do homem num sistema de atividades concretas..." (p.16). Segundo esse autor (2004a), para se estudar o modo de vida é necessário unir dois elementos essenciais: os aspectos sociais – que levam e possibilitam determinadas formas de atividades concretas - e os aspectos de

personalidade – que indicam os recursos subjetivos da pessoa como sujeito do modo de vida.

Para Poltrony (1990 apud González Rey, 2004), o modo de vida se desdobra na relação que ocorre entre as condições de vida, próprias de uma determinada sociedade e de atividades consideradas vitais. Para esse autor (1990), a escolha de estilo de vida volta-se para elementos de determinação subjetiva. González Rey (2011), em consonância com esse posicionamento, comenta que o modo de vida sempre será uma produção subjetiva relacionada às ações, às relações e a preferências que apontam a forma como vivemos.

Entendo que a visão mecanicista nos estudos sobre saúde tem colocado em segundo plano o modo de vida das pessoas, pois utiliza o sintoma como entidade descritiva inviabilizando, dessa forma, o aprofundar da explicação diferenciada de sua organização subjetiva.

Vale destacar que para González Rey (2011) o modo de vida integra modos de relacionamentos sobre os quais a pessoa perde sua capacidade crítica, passando a considerá-los normais. No entanto, estas práticas diminuem as possibilidades de mudança em relação a eles. A propósito, o autor (2011) menciona:

Contribuem muito nesse ocultamento discursos e representações sociais dominantes que passam a se configurar na subjetividade individual, sem a pessoa ter consciência disso. O modo de vida não é alheio às configurações subjetivas de muitos dos conflitos que se convertem em transtornos subjetivos. (p.41)

Assim sendo, a ideia de modo de vida, conforme Gonzalez Rey (2004a), envolve processos de subjetivação, sendo estes variados e diferentes entre si. Além disso, essa subjetivação é produzida por meio de práticas, preferências e ações vinculadas diretamente à produção de sentidos subjetivos individualizados dentro de configurações subjetivas que estão em vigor enquanto o indivíduo atua no mundo.

Como observamos anteriormente, o modo de vida é definido como um sistema de configurações subjetivas em desenvolvimento, entrelaçados por uma produção de sentido que envolve atos e processos, que podem estar associados ao gênero, à raça, aos costumes, entre outros. Com a aposentadoria policial não seria diferente. Junto a essa configuração existe uma produção de sentido que impulsiona ou não ações e preferências que provocam tensões e sentimentos que podem impedir uma qualidade vivencial ao policial aposentado. A perda de um dos elementos da configuração subjetiva do serviço policial, qual seja, a autoridade pode

indicar uma produção de sentido que se mostra por meio de atitudes que demarcam uma alteração de humor, que leva a uma depressão ou, até mesmo, a comportamentos agressivos e irritadiços.

Dessa forma, a aposentadoria precisa ser entendida como um momento de produção singular da pessoa, e o modo de vida um reflexo dessa produção subjetiva singular. À medida que o servidor é excluído dos espaços de produção e dos círculos de poder, ele gera sentidos subjetivos diversos que apontam ou não para uma resignificação de seu modo de vida, que naturalmente fomenta produções subjetivas significativas para sua nova condição de vida.

González Rey (2011) menciona ainda que as ações e os comportamentos são elementos importantes na produção de sentido subjetivo. Quando da aposentadoria policial, faz-se necessário o entendimento que a diversidade de atividades são essenciais nas mudanças dos aspectos subjetivos e das próprias operações sensório-motoras e cognitivas envolvidas nessas atividades, o que pode mobilizar novos espaços de produção subjetiva e uma aposentadoria saudável e produtiva.

Parto dessa compreensão sobre saúde e modo de vida, bem como dos discursos compartilhados nas experiências das pessoas, e do papel da subjetividade social e individual, para comentar, na próxima seção, a importância da polícia como produtora de sentido subjetivo.

3) A POLÍCIA

Os estudos voltados para a história da instituição policial se iniciaram a partir da década de 60, motivados por uma nova produção sociológica que enfatizava a relação entre a polícia e a população nos Estados Unidos, bem como suas características inerentes, e questionava o monopólio da violência por parte dessa instituição (Mauch, 2007). A polícia como instituição social, da maneira com que se mostra atualmente, é recente. Desde o restabelecimento da democracia no Brasil, essa instituição tem sido criticada, tanto pelos populares quanto pelos meios midiáticos, por causa da maneira como atuam seus agentes (Anchieta, 2011).

Entretanto, o trabalho policial, desde seu estabelecimento, foi marcado pelo uso da força e das tecnologias de poder alicerçadas no ideário do Estado. Foucault (2011) descreve que esse modelo de poder, sobre as pessoas foi fomentado ao longo dos séculos XVII e XVIII e estruturou-se em duas modalidades de tecnologias de poder: as disciplinas, enquanto uma anatomia política do corpo, interagindo sobre a ordem social, o espaço de reclusão e as instituições sociais; e as biopolíticas da população, enquanto tecnologias de poder que atuam sobre os indivíduos os regulando-os.

Assim, a governabilidade resulta da articulação dessas tecnologias por meio desses dois dispositivos de poder/saber, a Razão do Estado e a Polícia. Segundo Santos (1997), a Razão do Estado trata da existência do Estado, nele mesmo, ou seja, o Estado forma-se pelo realizar pleno de um processo de concentração de uma série diferente de capitais separados pelo espaço social. Assim, o governo será possível se for conhecida a força do Estado, a sua capacidade e seus meios de aumentá-lo.

Santos (1997) enfatiza que a polícia aparece ligada à expansão do poder do Estado, ou seja, a polícia tem sua positividade no favorecer tanto o vigor do Estado, quanto a vida dos cidadãos. Partido disso, o objeto específico da polícia era a sociedade e os homens enquanto seres sociais. A polícia desenvolveu-se, então, vinculada à expansão do poder do Estado, desde o século XVIII, em que os principais Estados europeus tinham a marca do Absolutismo (Santos, 1997).

Lima&Rosemberg (2011) comentam que a polícia analisada por Foucault entre os séculos XVI e início do XIX trazia consigo um significado diferente do atual. Se, anteriormente, era atributo da polícia um papel positivo de garantir o trânsito de

bens e pessoas, por meio da vigilância e controle, a polícia para aqueles autores (2011) volta-se para uma nova ordem repressiva, baseada no império da lei, que visa o controle social por meio do controle da criminalidade.

O sociólogo francês Dominique Monjardet descreve a atividade policial como complexa e o seu agir está vinculado a diversos fatores, entre eles, o social e o cultural.

O trabalho policial inclui várias atividades que vão muito além do combate ao crime destacado nas estatísticas oficiais, nos estatutos e no discurso de legitimação da própria polícia. Sua prática seria alicerçada tanto pelas normas e pelos regulamentos da instituição, como pelos discursos de manutenção da ordem e da paz social. Mas, além disso, vê-se que é inserido, de acordo com Monjardet (2003), um intervalo que inclui a pessoa do policial, a sua cultura e os aspectos sociais dentro dessa teia de relações, principalmente, quando colocam em prática seus próprios valores, já que possuem grande poder de arbítrio na aplicação (ou não) da lei. É, portanto, na intersecção entre práticas do policiamento, leis e normas e objetivos do Estado e as mais diversas pressões vindas de setores da sociedade, bem como da expressão individualizada do sujeito, que se formam o conceito de ser policial.

González Rey (2004a, 2004b, 2011) não trata diretamente da instituição policial, porém fala sobre as instituições principalmente como geradoras de subjetivação e como elas são influenciadoras e influenciadas pelas pessoas de maneira recursiva. A polícia, como instituição, possui seus valores e seus procedimentos operacionais, que foram construídos ao longo dos anos por meio dos discursos de poderes dominantes. Porém, essa construção não age de maneira separada dos indivíduos, pelo contrário, é subjetivada e praticada de maneira diferenciada por várias pessoas, tanto as que agem em nome do discurso dominante, mesmo que inconscientemente, como por aquelas que não concordavam com a maneira que o Estado, por meio da polícia, agia diante dos indivíduos, revelando, assim, sua posição de sujeito dentro da instituição.

Dessa forma, percebe-se que a polícia, como instituição, integra a subjetividade social, que se caracteriza pela processualidade, e que, em nenhum momento, representa um conjunto de entidades estáticas, localizadas em uma

essência que atua como determinante, nem mesmo em qualquer discurso, antes perpassa o próprio indivíduo, a cultura e a sociedade.

Assim, pode-se entender que a subjetividade social, categoria que será discutida posteriormente, produzida pelas instituições é fruto não apenas do social, pois, a pessoa e a sociedade são agentes em constante transformação e que estão diretamente relacionadas na produção de sentido subjetivo.

3.1) A POLÍCIA BRASILEIRA

As instituições possuem, de certa maneira, um papel formador na construção pessoal do policial. Assim, esses profissionais subjetivam toda a experiência e os ensinamentos perpassados pela instituição, por meio do conhecimento formal. Isso significa que o arcabouço vivencial e de conhecimento repassado e a forma como subjetiva são elementos que influenciam o modo vivencial dos indivíduos.

Ao entrar nos quadros da Polícia, as pessoas passam por um curso de formação na Academia de Polícia. Nesta, aprendem diversas técnicas, conceitos e ideologias que valorizam a ação legal e a jurídica, os aspectos formadores e as concepções da instituição policial repassadas.

Segundo Anchieta (2003), as práticas policiais refletem o momento histórico pelo qual a sociedade está passando, as discussões que estão sendo feitas acerca da segurança, o papel da polícia e o que se espera dela. Além disso, acredita-se que não somente o momento histórico, mas também o momento pessoal – as configurações subjetivas influenciam as práticas policiais, pois estas englobam aquelas, no sentido de que as configurações envolvem um cenário, em que o sujeito atua.

Atualmente, a organização da polícia brasileira está legalmente e estruturalmente embasada na Carta Magna de 1988, em seu artigo 144, e estabelece que:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I – Polícia Federal;
- II – Polícia Rodoviária Federal;
- III – Polícia Ferroviária Federal;
- IV – Polícias Civis;

V – Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

Dessa forma, de acordo com o §4º do artigo 144 do texto constitucional de 1988, a Polícia Civil, vinculada aos poderes executivos estaduais, sob a coordenação de delegados de carreira e excluída a competência da União, tem a competência de apurar as infrações penais, excetuadas as infrações militares, e as funções de polícia judiciária, ou seja, deve realizar as investigações criminais demandadas pela justiça. À Polícia Militar, também subordinada ao chefe do governo estadual, compete o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, conforme o §5º, inciso IV do mesmo artigo.

Para Anchieta (2011) as polícias civil e militar têm funções complementares e atribuições bem delimitadas e, para terem uma atuação eficaz, devem atuar de forma articulada. O trabalho desenvolvido pela Polícia Militar está vinculado à preservação da ordem pública e a coibição da ocorrência de crimes ou delitos previstos no Código Penal. A Polícia Civil na apuração e investigação dos crimes. PCDF pode atuar em conjunto com a Polícia Militar quando são realizadas operações de grande vulto, como é o caso das “batidas policiais” (Rodrigues, 2003, p. 14). De uma maneira geral, a Polícia Militar faz o trabalho ostensivo, por isso seus agentes atuam fardados, e a Polícia Civil faz o trabalho investigativo.

3.2) A POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (PCDF)

De acordo com Anchieta (2011) a PCDF, órgão do Poder Executivo, é dirigido por delegado (a) de polícia de carreira, sendo diretamente subordinada ao governador do Distrito Federal. Tem como característica peculiar, em relação aos Estados da Federação, o fato de ser mantida com recursos da União. Composta em média por cerca de 5.000 servidores na ativa e 2.000 aposentados, tem vínculo com a Secretaria de Segurança Pública do Governo do Distrito Federal nas ações que exigem integração com outros órgãos da Segurança Pública.

As atribuições da PCDF são: planejar, normatizar, dirigir, supervisionar, fiscalizar, administrar, coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades relativas à Polícia Administrativa, Polícia Judiciária e Polícia técnico-Científica; promover o intercâmbio policial com organizações congêneres; prevenir, reprimir e apurar, com exclusividade, os crimes e contravenções, na forma da legislação em vigor; colaborar na execução de serviços policiais relacionados com a prevenção e a

repressão da criminalidade interestadual; executar os serviços de perícia e identificação datiloscópica civil e criminal; cooperar com as autoridades administrativas e judiciárias no tocante à aplicação de medidas legais e regulamentares; e elaborar e propor a programação anual de trabalho dos órgãos que lhe são subordinados (www.pcdf.df.gov.br).

De acordo com a Lei nº 4878, de 01 de dezembro de 1965, que trata do Regime Jurídico Peculiar aos servidores Policiais da União e Distrito Federal, no seu artigo 4º, informa que a função policial é fundamentada na hierarquia e na disciplina, sendo incompatível com qualquer outra atividade. Isso significa que o policial não pode exercer outra atividade pública ou privada, e precisa estar de prontidão para agir a qualquer tempo. A lei supracitada demonstra também como são estabelecidas as relações funcionais e pessoais, revelando a existência de diferenças nas carreiras policiais e no trato social, bem como a delimitação de atuação dentro de cada carreira. A lei nº 4878/65, por meio de seu legislador revelou outro aspecto importante da subjetividade social que aponta para um discurso autoritário, possivelmente herdado dos regimes militares que é “subjetivado” pelos policiais de diferentes modos e emerge certamente a configuração subjetiva atual do sujeito e sua produção de sentido subjetivo.

Quanto à escolaridade, atualmente, o processo seletivo exige dos candidatos nível superior completo, conforme a Lei nº 9.264/96, que regulamenta a carreira policial civil do Distrito Federal, em qualquer graduação, para a carreira policial. Para a carreira de Perito médico-legista e Delegado de Polícia, se exigem os diplomas de médico e bacharel em Direito, respectivamente. Para o cargo de Perito Criminal é exigido diploma nas seguintes áreas: Física, Química, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Informática, Geologia, Odontologia, Farmácia, Bioquímica, Mineralogia e Engenharia. (Lei nº 9264/96)

O processo seletivo faz-se por meio de concurso público, que pede o cumprimento das seguintes etapas: prova de conhecimento, exame biométrico e avaliação médica, prova de capacidade física, avaliação psicológica, sindicância da vida pregressa e investigação social. Além disso, o candidato deverá frequentar e ser aprovado no curso de formação na Academia de Polícia no Distrito Federal. Esse curso é específico para cada categoria.

Para Anchieta (2011), o processo seletivo, com exigência de nível superior para os candidatos a cargos na Polícia Civil do Distrito Federal, é fruto da necessidade, em um Estado democrático de direito, de policiais com maior compreensão da sociedade isso não significa que a graduação somente é garantia de bom serviço, mas aponta para pessoas que deveriam ter uma maior capacidade de reflexão e habilidade assertiva de atendimento ao público maior. Outra vez faz-se necessário lembrar a individualidade e a recursividade processual de cada pessoa diante da realidade vivida por meio da escolaridade, ou seja, o nível escolar não define prioritariamente se o indivíduo será ou não policial, mas adequa as necessidades de um discurso que molda os servidores policiais a uma característica universal – polícia cidadã e humanizada.

Discorrendo ainda sobre o papel constitucional e organizacional da PCDF para o exercício de suas funções, a polícia está dividida em departamentos e coordenações. As delegacias estão divididas em: circunscricionais e especializadas. As delegacias circunscricionais estão situadas nas regiões administrativas do Distrito Federal e investigam todos os tipos de crimes. As delegacias especializadas investigam crimes de acordo com suas especialidades, como crime contra a mulher, crime contra o consumidor, crime contra a criança e o adolescente e outros tipos de crimes. Dessa forma, a PCDF tenta cumprir suas funções de Estado, que se voltam, necessariamente, à investigação criminal conforme rege a Carta Magna atual.

3.3) A SUBJETIVIDADE SOCIAL DA POLÍCIA

Os anos de 60 e 80 foram marcados por pesquisas sobre a violência perpetrada pelos regimes autoritários. No caso brasileiro, o regime militar, com seu histórico de violações praticadas e alimentado por uma ideologia de Segurança Nacional, concedeu grande material para a análise e a crítica no âmbito das Ciências Sociais. (Belli, 2004)

De acordo com Gaspari (2002), os fundamentos do uso da força pelas polícias brasileiras remontam ao período da ditadura militar. Nesse período, existia a predominância de duas ideias sobre a segurança nacional. A primeira, voltava-se para o pensamento absolutista da segurança da sociedade, ou seja, o país está acima de tudo, portanto, era possível inibir aqueles que o ameaçam. A segunda

concepção referia-se à funcionalidade do suplício: havendo ameaça, os militares entravam em ação, as pessoas falavam e o “terrorismo” acabava.

Mesmo depois do fim da ditadura militar, há ainda problemas para a consolidação de uma sociedade democrática. Apesar dos bons resultados na área política, os direitos humanos ainda são violados. A violência, antes utilizada como instrumento de controle social e da criminalidade, tem atingindo não somente opositores do governo, mas também a população de classe baixa e marginalizada (Santos Filho, 2003).

Com o fim do regime e a eliminação de uma política abusiva aos direitos humanos, como o direito de não ser submetido a torturas ou a tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, esperava-se que um novo momento fosse inaugurado. Porém, o que se percebeu, principalmente a partir da década de 90 e os primeiros anos do século XXI, foi que a democratização do serviço público e, naturalmente, do serviço policial comprovavam perfeitamente o contrário: o aumento da violência em todos os Estados brasileiros.

Percebeu-se, que, com a queda do velho regime levou a certo avanço, no que diz respeito aos direitos políticos, e ao estabelecimento de instituições democráticas; porém, não ocasionou um grau mais elevado de respeito aos direitos civis, o que se pode perceber com casos recentes de racismo e de segregações diversas, oriundas do corpo social e também de práticas policiais, em certa medida.

É importante destacar que, mesmo vivendo em um regime democrático, não seria temerário dizer que temos mais elementos de continuidade do que de diferença com relação ao passado sórdido do autoritarismo brasileiro. Segundo Belli (2004), é verdade que os opositores não são mais perseguidos, no entanto, é inegável que os mais pobres e marginalizados, assim como os integrantes de grupos considerados vulneráveis (mulheres, índios, negros) continuam sendo vítimas do Estado brasileiro. Isso pode ser visto na prática policial, principalmente quando analisamos a questão da violência policial, que está pautada numa construção de estereótipos do criminoso e da própria estrutura institucional, que está fundamentada na hierarquia e disciplina.

De acordo com Belli (2004) a construção dos estereótipos busca justificar as ações policiais, por meio da ideia de que uma ameaça só pode ser contida por meio da força. Dessa forma, as concepções dos estereótipos fundamentam-se a partir da

identificação, classificação e tratamento do criminoso, sendo que estes são a base para boa parte da segregação populacional, ou seja, os indivíduos precisam ser classificados pelo grau de periculosidade e pelo risco potencial que pode oferecer à segurança da sociedade.

O estereótipo define a condição de bandido pela pobreza e pela cor da pele, fortalecendo assim a dificuldade de superação da estrutura hierárquica da sociedade, bem como intensificando a discriminação.

Os estereótipos servem como um guia para a ação policial, pois definem previamente os alvos preferenciais da vigilância, classificam e discriminam entre aqueles que devem ser tratados com respeito e os que formam uma clientela incivilizada que só conhece a linguagem da violência. (Belli, 2004, p.22)

Nota-se, com isso, a incorporação de valores discriminatórios à atuação do servidor da segurança pública, manifestos na atitude do policial quando se relaciona socialmente com a população, sendo que isto reproduz o modelo autoritário, hierárquico, elitista das autoridades brasileiras, pois autentica o rótulo de que os criminosos são aqueles pobres, negros, favelados, o que reduz o problema do funcionamento das instituições policiais a uma questão técnica e administrativa.

O controle institucional é outro fator importante na análise dos estereótipos e discriminações institucionais. O que se percebe na instituição policial é a rigidez da hierarquia e da disciplina, ambas capazes de aumentar a diferença e a discriminação social. A segregação entre as classes policiais reproduzem o *status* do superior e do subalterno, reforçando, dessa forma, o hiato social entre os membros policiais.

Dessa forma, a instituição e a organização do aparelho repressivo também servem como combustíveis à violência ilegal e à manutenção dos estereótipos discriminatórios. Esse posicionamento institucional avança para setores da instituição que descaracterizam serviços administrativos como não sendo policial, que descaracterizam a mulher policial por sua feminilidade e fragilidade, que criam lacunas hierárquicas em que a elite é apenas os de alta patente, e que desvalorizam a pessoa e o serviço que ela faz. Essas discriminações internas, portanto, podem gerar sentidos subjetivos diversos, com efeitos caracterizadores da configuração identitária dos trabalhadores policiais.

Apesar desses fatores mencionados anteriormente, podemos ver também que a autoridade e o poder policial podem produzir sentidos subjetivos que evocam sentimentos de respeito e consideração dentro do corpo social. A PCDF foi e é

considerada pelos órgãos de segurança pública como sendo a polícia civil mais preparada no exercício de sua função, bem como a mais confiável de acordo com a informação contida na revista eletrônica Exame.com, datada de 14 de dezembro de 2013, ou seja, existe um sentimento de pertencimento a uma instituição cujos valores morais e institucionais revelam não somente números de casos solucionados, mas uma expressão de identificação de um policial que pertence a uma instituição que lhe confere respeito e prestígio na sociedade.

Não se está falando que a PCDF não tenha resquícios do regime militar, pelo contrário, está-se mencionando a existência de uma produção de sentido subjetivo, por parte de seus agentes, não paralisada no tempo, e nem em contextos históricos isolados, mas dinâmicos, indicando uma processualidade da subjetivação humana que, quando da aposentadoria desses servidores, podem produzir sentidos subjetivos diversos, os quais influenciam na qualidade de sua experiência vivencial.

Os fatores mencionados anteriormente fazem parte da subjetividade social dos policiais brasileiros, que retroalimentam o social por meio das produções de sentido subjetivo. A subjetividade social pode ser entendida como um sistema complexo, ligada aos diferentes processos de institucionalização e ação dos sujeitos nos diferentes espaços da vida social, dentro dos quais se articulam elementos de sentido procedentes de outros espaços sociais. A instituição policial em, seu espaço social, é produtora e reprodutora de condições sociais (autoritarismo, estereótipos, discriminações, violência, elitismo social, valores morais como o respeito pessoal, entre outros), que serão subjetivadas por seus integrantes de maneira diferenciada, sendo que essa produção poderá reproduzir os conceitos institucionais inconscientemente ou não, gerando, assim, tensões dentro do corpo institucional, bem como uma produção de sentido, que poderá implicar os seus integrantes em uma maneira ativa e reflexiva contrariando o posicionamento institucional.

No próximo capítulo trataremos sobre a questão da aposentadoria policial, compreendendo-a como elemento constitutivo da subjetividade desses servidores.

3.4) A APOSENTADORIA POLICIAL

A atividade produtiva sempre esteve e está atrelada ao modo histórico-vivencial dos sujeitos humanos. Para Veronese (2006), o trabalho é um fenômeno

social que é resultado das relações sociais, econômicos, jogos políticos, interesses e disputas de poder.

Partindo da perspectiva de jogos de interesse e poder, Marx (1998) trata o trabalho como uma produção capitalista que expropria o trabalhador de sua autonomia, de seus conhecimentos e de seus ofícios. A expropriação, para Marx (1998), fica evidente com a formação do trabalhador coletivo, definido por ele a partir do surgimento das manufaturas. Com a manufatura, diversos trabalhadores executavam atividades em linhas diferentes de atividades complementares à feitura da mercadoria, sendo que nessa forma produtiva o proprietário da fábrica ficava com a mais-valia expropriada individualmente de cada trabalhador.

Melo (2009) diz que a manufatura deu um salto enorme na produção capitalista, no entanto, apresentava limites, como o fato de que o produto ainda tinha de passar de mão em mão no processo de produção, o que o tornava moroso e custoso. Esse aspecto negativo da manufatura juntamente com a dificuldade de atender à demanda, proporciona o surgimento das máquinas. O advento da maquinaria tem por finalidade a maior exploração da mais-valia. Assim, a virtuosidade do trabalhador foi repassada para a máquina, viabilizando a eliminação da insubordinação dos trabalhadores e a dependência do capital em relação a habilidades deles. A industrialização mecanizada repercutiu o aumento significativo de trabalhadores que se viram sem qualificação e que, conseqüentemente, sofreram o expurgo do mercado de trabalho.

Na visão de Oliveira (2003), a argumentação marxista demonstra que o capital somente sobrevive pela exclusão de determinadas realidades, como destacado no parágrafo anterior. De acordo com o mesmo autor (2003), o processo de exclusão está baseado num processo de deformação chamado de “redução ontológica”. Essa redução consiste que todas as esferas sociais devem ser reduzidas ao quantitativo, ao econômico, inclusive o próprio homem. O trabalho, dessa forma, somente interessa ao capital como produtor de valor de troca, ou seja, o trabalho humano é reduzido à força de trabalho. Demo (2009) acrescenta que o trabalho na dinâmica da mais-valia, torna-se desgastante, porque tratado como mercadoria, oculta as expectativas de auto-realização e de realização coletiva, sucumbindo à lógica da mercadoria.

O trabalho no serviço público, especificamente o policial, não é menos excludente e alienante como nas fábricas. É importante destacar que a maneira de exclusão se baseia na retirada da autonomia desse trabalhador, por meio de processos legais complexos alicerçados nos princípios da hierarquia e disciplina. Esta perda de autonomia se dá na atividade pública por meio da pouca participação dos servidores nas decisões. Para Matos (2014), os servidores públicos, em geral, não veem nem se apropriam simbolicamente do resultado do seu trabalho. A fragmentação das tarefas que os transformam em simples elos de uma corrente, não lhes permitem ver o início, o fim, nem a finalidade do que fazem. A simples troca da mão de obra por uma remuneração, torna o serviço público uma atividade alienante e, conseqüentemente, provocadora de diversos problemas de saúde.

Demo (2006) provoca uma discussão importante em relação ao trabalho ao dizer que as razões marxistas, precisam de ser revistas porque o trabalho não pode ser analisado como única atividade que produz valor. Segundo o autor (2006), a noção de “valor” precise, ser refeita, pois o trabalho é toda atividade humana que gera valor, não apenas econômico ou mercantil, mas também vital, material ou imaterial. Compreendendo que o trabalho não é só constitutivo da sociedade capitalista; é igualmente a negação do capitalismo, pois tomado de sentido vital amplo, não se reduz, jamais, a apenas à condição de mercadoria.

O estudo da categoria trabalho e da aposentadoria, nessa pesquisa, não têm um valor reificador ou produtor de rótulos, no que diz respeito a definições *a priori* do que é positivo ou negativo no exercício da atividade laboral. Na verdade, a discussão proposta volta-se para o entendimento de como os trabalhadores subjetivam as experiências do trabalho e da aposentadoria. Isso significa que, de antemão, o trabalho não possui efeitos positivos ou negativos, pelo contrário, a maneira como as pessoas produzem sentidos subjetivos diversos nas configurações subjetivas do trabalho e da aposentadoria nos indicarão como tem sido experiência laboral dos trabalhadores policiais.

Segundo González Rey (2004), o trabalho assume o papel de instituição social que influencia e é influenciada pelos processos de subjetivação social e individual constantes na experiência humana. Para esse autor (2004), o trabalho é uma instituição fomentadora e que é fomentada na relação entre a atividade laboral e as pessoas. O interesse e o prazer pelo trabalhado no desempenho de sua

atividade produtiva é muito importante para a promoção de ações mais saudáveis do ponto de vista do próprio trabalhador. Assim sendo, o trabalho pode assumir também configurações subjetivas diferenciadas, principalmente, quando a atividade exercida é fonte de uma produção de sentido que envolve sentimentos negativos como a inutilidade.

É importante salientar que o fenômeno da aposentadoria está atrelado às questões do trabalho, sendo que a aposentadoria precisa ser analisada de maneira constitutiva e dentro da complexidade humana.

Para Alvarenga, Kiyari; Bitencourt; Wanderley (2009), a aposentadoria torna-se uma das principais condições de vida que desencadeia alterações de ordem psicológica e na saúde de maneira geral. Isso ocorre principalmente porque o trabalho traz consigo um reconhecimento e valorização social que são perdidos logo após a aposentadoria. Isso pode, inclusive, representar, no âmbito emocional, a perda da identidade pessoal.

No que diz respeito ao trabalhador policial brasileiro, Anchieta, Galinkin; Mendes (2011) mencionam que os estudos relacionados à saúde e ao trabalho são exíguos. Para essas autoras (2011), a escassez de estudos pode estar relacionada à ditadura militar que criou certo ressentimento por parte de intelectuais em relação à instituição policial. Isso se comprova, pois apenas a partir da década de 90, vem se desenvolvendo uma relação entre as pesquisas e a temática - segurança pública.

Sobre esses servidores sabe-se que terão um tempo de serviço de 30 anos, sendo que 20 deles é estritamente policial, isso tanto para homens como para mulheres, conforme rege a legislação específica – Lei Complementar 51/1985 e a Lei 4878/1965. Os policiais são regidos por legislação especial, em razão do caráter perigoso, penoso, insalubre de sua função. Isso nos informa que os servidores policiais, por não seguirem a legislação comum dos servidores públicos federais, estaduais e da previdência privada, não precisam completar a idade de 65 anos para homens e de 60 anos para mulheres. Consequentemente, muitos deles em idade produtiva e aptos ou dispostos a continuar nessa carreira ou em outra, cumprem seu tempo de serviço, por vivenciar situações particularmente avaliadas como perigosas.

Os policiais civis do Distrito Federal se aposentam nas seguintes circunstâncias: por tempo de serviço, ou seja, concluídos 30 anos de serviço, sendo 20 anos estritamente policial, tendo o direito de ser aposentado de maneira

voluntária completado o referido período (Lei nº 4878/1965). No entanto, caso o policial civil tenha interesse em permanecer na atividade, lhe será concedido abono permanência conforme emenda constitucional nº 41/03, que corresponderá em pecúnia a isenção da contribuição previdenciária. Existe também a aposentadoria compulsória em que o policial terá que se aposentar aos 65 anos de idade conforme Lei nº 4878/1965. E, por fim, a aposentadoria por problemas de saúde, assegura ao servidor o recebimento de proventos integrais ou proporcionais, dependendo da incapacidade gerada em decorrência do seu problema de saúde.

Precisamos entender que, em quaisquer das circunstâncias mencionadas anteriormente, ocorrerá uma produção subjetiva que poderá apontar para fatores geradores de novas alternativas para a pessoa, ou de elementos produtores de sentidos subjetivos que dificultarão o seu desenvolvimento pessoal, principalmente porque a aposentadoria policial é um marco de rompimento da configuração identitária dessa pessoa. Esta ruptura tende a gerar sentidos subjetivos relacionados a um quadro depressor, ou quaisquer outros tipos de adoecimento de ordem emocional, tais como: a agressividade, a autoimagem negativa, a perda do valor pessoal, o distanciamento dos colegas e de familiares, a dificuldades de problemas de relacionamentos sociais e conjugais, entre outros.

É importante entender que a aposentadoria policial é um momento de mudança de vida proporcionada pela instituição, em que a pessoa precisa produzir novas alternativas. O fenômeno da aposentadoria e, naturalmente, do amadurecimento do sujeito, principalmente do policial, precisa ser visto de uma forma complexa, e não moldado simplesmente em fatores extrínsecos ou intrínsecos.

Por essas razões, os estudos dos fatores sociais e subjetivos sobre a aposentadoria assumem um papel fundamental para a psicologia e a ciência em geral, pois, a construção subjetiva do sujeito ao longo da vida profissional, aliada a outros fatores, implicará a saúde ou o adoecimento quando do término de sua carreira, bem como de sua própria vida. Segundo Paula e Cupolillo (2005) o estudo do envelhecimento, bem como da aposentadoria, merece atenção especial por tratar da configuração do trabalho na formação psíquica das pessoas.

4) A TEORIA DA SUBJETIVIDADE DE GONZÁLEZ REY

O conceito de subjetividade, em ciência psicológica, foi lançado na fogueira inquisitória do positivismo como algo inexistente para algumas correntes ou situada em um lugar topograficamente localizado dentro dos homens, para outras. Isso proporcionou a retirada desse termo das ações humanas, pois estaria associado a aspectos metafísicos.

De acordo com Mitjás (2005), o conceito de subjetividade tem sido utilizado tanto no senso comum como por alunos de psicologia, pedagogia e outros estudantes de ciências humanas como algo que aponta para o “interior”, “psicológico”, “ao íntimo de cada um”, “ao oposto ao objetivo”, entre outros. Essas expressões ou maneiras de pensar o tema simplesmente nos mostram uma apropriação do termo em muitas circunstâncias, equivocada, principalmente quando se trata da perspectiva de subjetividade traçada por González Rey (2002).

Quando a subjetividade é vista como algo interiorizado, íntimo, logo se percebe que outros aspectos relevantes como a cultura, o social e o histórico foram esquecidos como fontes de análise da complexidade e processualidade humana.

Segundo Capra (1982), o paradigma cartesiano ou newtoniano, influenciou a psicologia, que elaborou concepções a respeito do ser humano, a partir de categorias como interno ou o externo, sendo estas formadoras da identidade ou da personalidade do sujeito. González Rey (2003) trata desse assunto dizendo:

Essa é uma das razões pelas quais a psicologia demorou em compreender a questão da subjetividade. Os atributos descritos tanto por Capra quanto por Giorgi como características do modelo científico natural que exerceu sua hegemonia sobre a psicologia impediram conceber uma representação diferente da psique comprometida com sua natureza cultural... (González Rey, 2003 p. 73).

De acordo com o mesmo autor (2003), o paradigma cartesiano foi um dos impeditivos para a exploração de uma ontologia psicológica própria, que pudesse organizar e constituir processos e que gerasse um desenvolvimento da subjetividade de forma profícua. Dessa forma, para Figueiredo (1991), a psicologia fica obrigada a negar seu objeto; por conseguinte, a “ciência da alma” deixaria seu substrato filosófico e adotaria os métodos das ciências naturais a fim de produzir conhecimento “válido”, ao mesmo tempo negando a subjetividade.

Neubern (2001) explica que a psicologia aparece em meio a um conflito, como se buscasse transpor as distâncias do abismo criado pelo referencial teórico dominante. Um de seus objetivos era o de firmar-se como conhecimento científico. Acrescenta que, necessitava afastar-se, cada vez mais profundamente de uma epistemologia própria e adotar, compulsoriamente, os aspectos epistemológicos fundantes das ciências naturais, para a construção do conhecimento psicológico.

A subjetividade precisou ser pensada e compreendida sob uma proposta e perspectiva epistemológica, de maneira a superar a relação com o positivismo e com o paradigma newtoniano, que enfatizavam o determinismo e o mecanicismo metodológico, e a retornar às bases filosóficas norteadoras de uma epistemologia voltada para o sujeito. Para tanto, uma das maneiras encontradas foi a apropriação de uma epistemologia dialética, capaz de construir conhecimentos em psicologia.

Segundo González Rey:

...as condições epistemológicas para o desenvolvimento do tema da subjetividade na psicologia aparecem com a ruptura que significou a apropriação da dialética pelos psicólogos, a qual se produziu também em condições sociais muito particulares para a produção do conhecimento, como foram, mais concretamente, as condições geradas pela Revolução Russa... (González Rey, 2003, p 73)

Para autor (2003), a dialética reestrutura a dicotomia entre indivíduo e a sociedade, bem como a diferença entre o externo e o interno, pois a dicotomia evolui nas suas próprias contradições e não por influências externas. Assim, a subjetividade assumiu uma definição ontológica vinculada a uma produção qualitativa e cultural do sujeito.

Um dos marcos epistemológicos e teóricos que nortearam a mudança do paradigma newtoniano foram as construções elaboradas pela psicologia soviética, na figura de dois psicólogos, Vigotsky e Rubinstein, ambos influenciados pelo marxismo, o qual representou os seres humanos como um conjunto de relações cuja colocação proporcionou uma integração entre o psiquismo e a ação, bem como o início de uma reflexão sobre o seu caráter histórico-social.

Com relação a esse assunto, González Rey escreveu:

Tanto Vigotsky como Rubinstein compreenderam de forma dialética, processos que historicamente se tinham representado como excludentes para a psicologia, como o cognitivo e o afetivo, o social e o individual. Dicotomias que impedem sair de enfoques individuais ou sociologistas, que não conseguiam organizar a simultaneidade desses dois momentos dentro da qualidade diferenciada da organização psíquica do homem. (González Rey, 2003 p. 77).

Assim, o tema subjetividade tomou outra forma com os trabalhos elaborados por Vigotsky e por Rubinstein, posto que estruturaram a psicologia, não nas diferenças ou dicotomias, mas na integração do sujeito por meio do processo dialético.

Mitjáns (2005) demonstra que a subjetividade, segundo a perspectiva de González Rey, fundamenta-se no enfoque histórico-cultural baseado nas concepções de Vygotsky e Rubinstein. Essa autora (2005) avança na descrição e definição da subjetividade após comentar que ela pode ser tanto uma teoria como uma categoria. "...quando atribuímos à subjetividade o *status* de teoria, estamos nos referindo a uma representação da *psique* que, na perspectiva histórica-cultural, avança na sua compreensão como realidade complexa irreduzível a outras formas do real" (Mitjáns, 2005, p.14).

A subjetividade como categoria fundamenta-se no ideário do não reducionismo a processos simplificados, mas como processo de sentido e de significação que indicam o caráter multidimensional, recursivo e contraditório, compreende "a organização dos processos de sentido e de significação que aparecem e se organizam de diferentes formas e em diferentes níveis no sujeito e na personalidade." (González Rey, 1999a, p.108).

Ainda tratando sobre a subjetividade como categoria, outra questão importante é apontada: a articulação entre o individual e o social, a qual desmonta as concepções cartesianas - alma-corpo - articulando ambos os polos. Para Mitjáns (2005), essa maneira de analisar a subjetividade revela o caráter contraditório, complementar e recursivo dessa teoria. Partindo disso, nota-se que a subjetividade refere-se a uma nova forma de inteligibilidade que não fragmenta o sujeito, que não pode ser reduzido a dicotomias porque seu desenvolvimento está fundamentado em dinâmicas que envolvem a cultura, o social, a história, e cercado por emocionalidades que proporcionam novas confluências e desdobramentos. Assim sendo, a subjetividade passa a ser entendida sob uma nova perspectiva:

um sistema multideterminado, contraditório, diferenciado e em constante desenvolvimento, que se expressa, simultaneamente, em dois níveis diferentes de constituição: a subjetividade individual e a social. (González Rey, 2004a, p.78)

infere-se do exposto que a subjetividade como sistema não está organizada somente no mundo intrapsíquico, mas como processo que envolve sentidos

subjetivos ligados recursivamente – o individual e o social. De acordo com Demo (2001, p.24), não se pode pensar o psiquismo humano fora do contexto sociocultural, pois não há ser humano que não seja sujeito e que não esteja contextualizado no espaço e no tempo.

Mitjás (2005), a propósito, entende que a subjetividade se constitui intrinsecamente entre o individual e o social. A seu ver:

Não é possível considerar a subjetividade de um espaço social desvinculada da subjetividade dos indivíduos que a constituem; do mesmo modo, não é possível compreender a constituição da subjetividade individual sem considerar a subjetividade dos espaços sociais que contribuem para a sua produção. (Mitjás, 2005, p.20)

Neubern (2004) considera que a subjetividade é um processo sutil que envolve fatores biológicos, sociais e culturais, mas que a complexidade desse sistema não permite que ela possa ser explicada individualmente por um daqueles fatores. Para esse autor (2004), a riqueza conceitual da subjetividade permite entender o ser humano como sujeito em desenvolvimento contínuo, que pode mudar diante de vários cenários sociais.

A subjetividade revela-se assim como um sistema aberto, pluridimensional, complexo e em constante desenvolvimento. A subjetividade introduz uma reconstrução da psique individual, como também das várias formas de produção psíquica, próprias dos contextos sociais em que vive o homem, assim também como da própria cultura (González Rey, 2004b).

Dessa forma, a subjetividade individual é definida como uma expressão da personalidade e do sujeito. Com efeito, envolve processos de organização que ocorrem nas histórias diferenciadas dos sujeitos individuais. Esta subjetividade permite a produção de posições específicas, singulares, diante dos diferentes espaços da subjetividade social. Ainda para González Rey (2003), a subjetividade individual se produz em espaços sociais constituídos historicamente. A origem da subjetividade individual está impregnada de uma determinada subjetividade social anterior à organização do indivíduo concreto.

Já a subjetividade social possui uma multiplicidade de cenários tais como: a instituição familiar, os grupos informais, a comunidade, os processos constitutivos e discursivos do cotidiano de todo cenário social. É na integração desses espaços entre si, que há momento de funcionamento da sociedade como um todo.

O conceito de subjetividade social, segundo Gonzalez Rey (2004a), tem como objetivo explicar a complexidade sistêmica do funcionamento dos vários momentos sociais, para fazer avançar a forma, estanque e individualizada, com que a psicologia tratava alguns desses momentos.

O mesmo autor, agora em 2003, acrescenta que a subjetividade social representa uma produção simbólica cujo sentido constitui um nível diferente na organização ontológica da sociedade. De acordo com González Rey (2003):

...Ela não é a reprodução dos complexos processos objetivos – infra-estruturais, de relação, organização, etc., que caracterizam a sociedade e dentro dos quais eles são gerados, mas uma nova forma de constituição do tecido social em relação aos inúmeros aspectos objetivos que caracterizam a vida da pessoa nos diversos espaços da vida social, cuja articulação como sistema se dá precisamente nos sentidos e significados que circulam de forma simultânea nessas diferentes zonas do social, que se integram em determinadas configurações que atuam de forma simultânea nos espaços sociais e nos sujeitos que os constituem. As configurações que caracterizam a subjetividade social se concretizam nos espaços de relação dentro dos quais atuam os indivíduos, assim como nos diferentes climas, costumes, representações, crenças, códigos emocionais, etc. que delimitam subjetivamente o espaço social dentro do qual os indivíduos atuam. (p.209)

A configuração subjetiva de um espaço social está constituída por elementos de sentidos procedentes de outros espaços sociais, bem como por fatores que caracterizam esse próprio espaço social em momentos históricos anteriores. Assim, a subjetividade social é caracterizada por configurações sociais de outras subjetividades sociais. Para exemplificar, González Rey (2003) utiliza a configuração subjetiva da família, a qual possui uma história com fatores de sentido que deixam de ter caráter individual para assumir diferentes aspectos da vida familiar, como: os códigos morais, o tipo de padrão emocional, a sugestão das questões de gênero e idade na família, e que podem ser seriamente modificados quando seus membros são implicados profundamente em outras zonas de subjetividade social.

Os elementos de sentido que fazem parte da configuração subjetiva de um espaço social estão, de forma permanente relacionados a elementos de sentidos procedentes de outras zonas. Embora, a subjetividade social e individual não mantenham uma relação topográfica e externalista com o comportamento dos indivíduos, se expressam como momentos contraditórios que se ligam de forma tensa na formação complexa da subjetividade humana. (González Rey 2004b)

O conceito de subjetividade deve levar os psicólogos a romper o ideário dualista de que a subjetividade volta-se somente para fenômenos individuais. Para esse autor:

Os processos de subjetivação individual estão sempre articulados com os sistemas de relações sociais; portanto, têm um momento de expressão no nível individual, e um outro no nível social, ambos gerando conseqüências diferentes, que se integram em dois sistemas da própria tensão recíproca em que coexistem, que são a subjetividade social e individual. (González Rey, 2003, p.205-206)

Quanto à questão da aposentadoria policial, não podemos afirmar que elementos exclusivamente externos são os elementos que apontam para uma qualidade na experiência da aposentadoria policial, porque em um sistema complexo, dinâmico e recursivo. Existem outros pontos importantes, entre os quais a constituição subjetiva do indivíduo capaz de produzir sentidos que retratam a vivência atual do sujeito em configurações subjetivas que se entrelaçam, fornecendo novas fontes de inteligibilidade.

Assim sendo, faz-se necessário conceituar outras três categorias basilares da subjetividade para melhor entendimento do tema proposto: o sujeito, o sentido subjetivo e as configurações subjetivas. Essas categorias nos fornecem elementos para a geração de inteligibilidade a respeito da subjetivação das experiências sobre a aposentadoria dos policiais civis.

4.1) SUJEITO

O sujeito é parte integrante da subjetividade. Para Castoriadis (1999), o sujeito é um ser pensante, gerador, produtor, e não anulado dentro de análises unilaterais e imperativas, como no caso dos discursos, da estrutura analítica edipiana ou como agente responsivo às contingências controladoras de seu comportamento. O sujeito vai além dessas visões unívocas; o sujeito é o sujeito da vontade, que se expressa por meio dos significados e significantes, mas que não se limita a eles.

González Rey (2003) fala desse sujeito pensante, isto é, de um pensamento compreendido como um processo de sentido, ou seja, de um pensamento que se define como um processo psicológico, não somente cognitivo, mas também como uma produção significados/sentidos, derivados de emoções que se articulam em sua expressão.

A categoria sujeito em sua processualidade opera como momento constituinte de si mesmo e da sociedade em que vive. Castoriadis (1982) entende essa categoria como algo em constante mutabilidade e processualidade. Isso fica evidente quando o autor discorre sobre uma de suas dimensões – o imaginário social:

Dizer das significações imaginárias sociais que elas são instituídas, ou dizer que a instituição da sociedade é instituição de um mundo de significações imaginárias sociais, é dizer também que essas significações são presentificadas e figuradas na e pela efetividade de indivíduos, atos e objetos que elas 'informam'. A instituição da sociedade é que é e tal como é enquanto 'materializa' um magma de significações imaginárias sociais, com referência ao qual somente indivíduos e objetos podem ser captados ou mesmo simplesmente existir, e não se pode também dizer que este magma é separadamente dos indivíduos que ele faz ser. Não temos aqui significações 'livremente separáveis' de todo suporte material, puros pólos de identidade; é no e pelo ser e o ser-assim deste 'suporte' que essas significações são e são tais como são. (Castoriadis, 1982, p.401)

Esta assertiva aproxima Castoriadis a González Rey, no sentido de conceber o sujeito como instituinte da cultura e, ao mesmo tempo, constituído por ela. Nessa perspectiva o social é concebido não como simples momento objetivo, mas como uma realidade processual que também é subjetivamente constituída. González Rey (2003) acrescenta:

O sujeito representa um momento de subjetivação dentro dos espaços sociais em que atua e, simultaneamente, é constituído dentro desses espaços na própria processualidade que caracteriza sua ação dentro deles, a qual está sempre comprometida direta ou indiretamente com inúmeros sistemas de relação. (González Rey, 2003, p.235)

Essa categoria, então, nos faz entender os sentidos e significados de suas diferentes atividades e formas de relação. O indivíduo, na qualidade de sujeito, estabelece maiores responsabilidades dentro dos diferentes espaços de sua experiência social, gerando novas zonas de sentido. Dessa forma, o sujeito existe na tensão da ruptura e na criação que aponta a produção de novos sentidos subjetivos nos contextos já constituídos subjetivamente. Assim, o sujeito representa um momento gerador de sentidos que não se restringe a nenhuma condição subjetiva *a priori*.

As concepções da categoria sujeito, por conseguinte, desvinculam-se de outras formas dominantes de construção do conhecimento psicológico, representadas nitidamente para o desenvolvimento de teorias da personalidade

moldadas a compreender o indivíduo a partir de sua organização intrapsíquica ou extrapsíquica, sem observar os contextos sociais e culturais nesse processo.

Portanto, na análise do impacto da aposentadoria no policial civil, é preciso observar os contextos em que esse sujeito produtor, pensante, criativo está inserido, pois ele não é um indivíduo passivo às construções e imposições institucionais. À medida em que age no mundo, em configurações subjetivas específicas, sentidos subjetivos são produzidos. Assim é interessante investigar como esse processo de significação tem sido alimentado pelo sujeito e pelo corpo social, e se a atuação dele tem impactado as instituições perpassadas por esse indivíduo.

A teoria da subjetividade de González Rey transcende a representação da psique apoiada em categorias universais e invariáveis localizadas dentro ou fora do sujeito, nos motivando a aplicar uma construção teórica baseada em uma epistemologia complexa e que compreende o sujeito não circunscrito topograficamente a dimensões cartesianas. Na próxima sessão serão explicadas as categorias básicas da teoria da subjetividade de González Rey.

4.2) SENTIDO SUBJETIVO

A categoria sentido surge pela primeira vez nos trabalhos de Vygotsky. De acordo com González Rey (2011, p.33), a categoria sentido era entendida por Vygotsky como um conjunto de fatos psicológicos que saem da consciência por meio da palavra. O sentido é visto como uma categoria psíquica, não reduzida a uma condição intrapsíquica. É reservada à condição de manter o fluxo da ação humana, principalmente a fala.

A partir dos trabalhos do psicólogo soviético, González Rey (2011, p.33) desenvolve, como categoria, o sentido subjetivo. No entanto, difere da concepção inicial de Vygotsky, quando fala que este: "... não existe na palavra e nem representa um agregado de fatos psicológicos." Para González Rey (2004^a, p.85), o sentido subjetivo é entendido como uma integração inseparável do emocional e do simbólico dentro de ambientes culturalmente estabelecidos que implicam relacionamentos e atividades do indivíduo que são relativamente estáveis.

Com efeito, tanto o simbólico como o emocional estão envolvidos num relacionamento recursivo. Compreendo que sentido subjetivo surge como uma instância processual em uma atividade não definida *a priori* e nem mesmo produzida

por um indivíduo. Da unidade entre o simbólico e o emocional, nenhum desses momentos é reduzido ao outro, o sentido subjetivo se define. Assim, o sentido se expressa na processualidade da ação do sujeito. Os sentidos subjetivos surgem na processualidade de toda atividade humana e são os responsáveis pela conotação da subjetividade dessa atividade.

Acrescento que, nesta nova perspectiva a categoria sentido subjetivo associa-se ao sujeito, em suas tensões, nos resultados de sua ação e na relação nos diferentes espaços sociais em que se movimenta. Portanto, não existe sentido universal, todo sentido subjetivo é singular e é marcado pela história de seu protagonista – o sujeito.

No que diz respeito à pesquisa em questão, o pesquisador precisará ser sensível aos indicadores de sentidos que surgem no processo de investigação, pois os sentidos subjetivos não se mostram acabados. Dessa forma, a inteligibilidade gerada se produz na direção de constatar os elementos de sentidos subjetivos do policial aposentado e de observar a realidade vivenciada por ele. Porém, os sentidos, não se esgotam nessa relação, pois os elementos e expressões existentes agem recursivamente por toda uma rede complexa de produção emocional e simbólica.

4.3) CONFIGURAÇÃO SUBJETIVA

A outra categoria que faz parte do arcabouço teórico da subjetividade são as configurações subjetivas. González Rey (2003, p.256) define configurações subjetivas como a integração dos diferentes sentidos subjetivos que se integram de forma relativamente estável na organização subjetiva da experiência. Mitjáns (2005) por sua vez destaca que essa categoria representa a articulação de diferentes momentos e recursos subjetivos da pessoa que funcionam organicamente, caracterizando sua qualidade constitutiva. Para González Rey (2011, p.34) afirma:

As configurações subjetivas são as verdadeiras unidades da subjetividade humana, pois representam os momentos de convergência e articulação da mobilidade dos sentidos subjetivos que emergem na ação. Toda produção cultural aparece organizada em nível subjetivo como configuração subjetiva, pois estas expressam as produções singulares simbólico-emocionais da pessoa e dos diferentes espaços sociais em que a pessoa atua. (González Rey, 2011, p.34)

Dessa forma, as configurações subjetivas indicam a unidade histórica e atual na constelação subjetiva, pois apontam a expressão do vivencial como construção subjetiva. Isso significa que a configuração responde à história da personalidade em desenvolvimento, bem como aos eventos que caracterizam cada um dos momentos mais significativos da vida atual da pessoa. Toda configuração integrada, numa nova unidade subjetiva, a multiplicidade contraditória dos sentidos subjetivos que emergem na experiência vivida pela pessoa.

As configurações subjetivas seriam as responsáveis pelas formas de organização da subjetividade como sistema, e são relativamente estáveis por estarem associadas a uma produção de sentidos subjetivos que antecede o momento atual da ação do sujeito e que pressiona a produção de sentidos de qualquer nova ação em termos de reorganização do sistema (González Rey, 2005b). Isso significa que a configuração subjetiva pode ter um tipo de organização semelhante para diferentes sujeitos, mas que, está integrada por elementos de sentidos completamente diferentes.

Quando estudamos a teoria da subjetividade, percebemos como suas categorias se voltam para o entendimento de que a complexidade dos indivíduos e as suas relações precisam ser analisadas e compreendidas de maneira holística. Isso se torna importante, pois, geralmente, temos a tendência a responder a uma ordem causal e individual que não se adapta à vida social, restringindo a dimensão complexa e, naturalmente, limitando o entendimento sobre os fenômenos.

A subjetividade da qual tratada nessa pesquisa configura-se como sistema integrador dos processos emocionais e simbólicos individuais e sociais, como duas instâncias (individual e social) que se organizam subjetivamente de maneira, indissociável e implicadas reciprocamente.

A proposta de utilizar o arcabouço teórico da subjetividade é para uma tentativa de compreender o fenômeno da aposentadoria policial civil e os seus impactos na saúde, e o modo de vida desses servidores. Para isso, esse trabalho não quer simplesmente promover discussões teóricas sem fundamentação empírica, mas produzir conhecimento e inteligibilidade a respeito do processo de aposentadoria envolvido na vida desses servidores.

No próximo capítulo, destacaremos os objetivos desse trabalho, partindo como já mencionado, da teoria da subjetividade, bem como de uma epistemologia qualitativa que sustenta o modelo teórico em questão.

5) PESQUISA EM PSICOLOGIA

A pesquisa em psicologia foi classicamente definida a partir dos laboratórios, na observação das variáveis externas, das regularidades, das leis universais replicáveis, da linearidade, ou seja, a ciência psicológica foi estabelecida por uma filosofia científica conhecida por positivismo. No entanto, a psicologia voltou-se, desde sua formação no laboratório de Wundt, para as questões da subjetividade (González Rey, 2003).

De acordo González Rey (2003), a questão da subjetividade sempre norteou o pensamento da psicologia. Segundo o autor (2003), já no laboratório de Leipzig, onde Wundt desenvolvia seu trabalho, este se preocupava com a subjetividade como objeto da psicologia como ciência.

Wundt, apesar de sua orientação profissional no estudo das funções psíquicas, não planejou delimitar o caráter hegemônico do experimento para todas as áreas da psicologia. Ele pensava que os processos complexos do pensamento humano não eram suscetíveis ao método experimental, e que para estes deveria existir um campo particular da psicologia denominado *Volkerpsychologie*. Esta forma de pesquisa foi criada por Wundt para trabalhar melhor o uso de métodos históricos e comparativos em vez dos experimentos sozinhos. A importância da *Volkerpsychologie* limitou-se à pesquisa de Wundt sem aplicação prática.

Para Wundt o desenvolvimento da psicologia em seus aspectos sociais deveria apoiar-se na História. Segundo González Rey (2003), Wundt pensava a mente como um fenômeno histórico. Esta visão foi um antecedente para definir o caráter histórico dos processos psicológicos complexos do homem.

Apesar do papel de Wundt no surgimento da psicologia como ciência independente, o auge das ciências naturais impôs particularmente nos Estados Unidos, um modelo de ciência que dominou a forma com que os discípulos norte-americanos de Wundt desenvolveram suas idéias ao retornar ao continente americano. Neste sentido, a orientação experimental no estruturalismo de Titchener manifestou uma franca tendência ao positivismo, destacando-se o caráter ascético das práticas experimentais... (González Rey, 2003, p.4)

De acordo com o autor (2003), a americanização da psicologia enfraqueceu sua orientação acadêmica e fortaleceu a orientação prática da psicologia como profissão. Portanto, a psicologia no laboratório de Wundt, surge como ciência da

mente e da consciência, tornando-se em pouco tempo uma ciência voltada para o comportamento.

A concepção de pesquisa com cunho qualitativo ou método compreensivo-interpretativo aparece, segundo Turato (2003), na história mais recente. A ideia principal era criar uma ciência do homem diferente das ciências naturais. Para esse autor (2003), os estudos dos fatos humanos surgiram em um período onde o empirismo e o determinismo da ciência eram muito fortes. A ideia primeiramente os adeptos da pesquisa com seres humanos a buscar também leis causais necessárias e universais para os fenômenos humanos.

Para González Rey (2002), a pesquisa qualitativa se estabeleceu no século XX, com os trabalhos de Malinowski, Bateson, Mead, Benedict e outros. Estes foram fundamentais para o surgimento do modelo etnográfico, que consistia no estudo das culturas humanas, onde o pesquisador compõe a pesquisa. Turato (2003) destaca também outro ramo do conhecimento que contribuiu muito para o surgimento da pesquisa qualitativa – a sociologia. Segundo este autor (2003), a sociologia seria uma representante desse novo modo de se fazer ciência. Inicialmente a sociologia era durkheimiana. Durkheim iniciou a “sociologia científica”, bem como a perspectiva funcionalista, partindo do fato social. Dentre os fatos sociais estudados pela sociologia durkheimiana, estavam as representações coletivas.

Para Turato (2003), Durkheim declarou que os fenômenos sociais falam por si só separados dos sujeitos conscientes. Como se pudéssemos distinguir dados e pessoas da mesma forma como separavam ciências naturais e humanas. Segundo este autor (2003), quando Durkheim define a sociologia nesses termos exclui as pessoas e os pesquisadores com toda sua subjetividade do processo criador da pesquisa. Isso demonstra o caráter da neutralidade e a influência que a pesquisa qualitativa sofria do positivismo na construção de suas pesquisas. Isso significa que, para se entender a realidade, seria preciso enfatizar a objetividade dos fatos. Conforme essa linha de pensamento, a análise das informações colhidas no campo deveria ser realizada com instrumentos padronizados e neutros, para que os dados fossem considerados válidos e precisos.

Lincoln & Guba (1985) afirmam que o positivismo limitou o campo da pesquisa quando, em nome da previsão e controle, delimitou o uso da compreensão e descrição do fenômeno, retirando tudo que indicasse algum aspecto subjetivo.

González Rey (2002) critica a postura atual da psicologia social, que, mesmo aderindo à ideia da pesquisa qualitativa, ainda continua utilizando princípios da orientação positivista, como a reprodução ou verificação de hipóteses. Ele critica, também, outro aspecto na pesquisa psicológica: o instrumentalismo. Esse autor (2003) destaca a tendência que mobilizou e influenciou a psicologia, principalmente a americana, no início do século XX a qual criou, assim, a tecnologia psicológica baseada em mensurações. As necessidades de mercado levaram os psicólogos a produzir conhecimentos diferentes da psicologia institucionalizada como científica nos meios acadêmicos.”(González Rey, 2003, p.7) Um de seus representantes, segundo González Rey (2003), era a psicometria de Galton. Essa concepção foi uma das que implementaram o rótulo no exercício da psicologia, e que eliminaram a condição singular dos sujeitos concretos, bem como o elemento qualitativo dos grupos sociais.

As concepções positivistas foram e são contestadas por meio de novas propostas que incluem a subjetividade humana no âmbito de uma nova dimensão. A subjetividade começa ao ser discutida através da psicologia compreensiva, que propõe o estudo dessa dimensão como fundamento do sentido da vida social e que a defende como integrante do social. Segundo Minayo e outros (1994), os teóricos dessa linha não se preocupam em quantificar, mas, em compreender e explicar a dinâmica das relações sociais. Essa modalidade epistemológica de pesquisa não foi privilégio de uma ou outra escola em psicologia. Ela se propagou em diversos seguimentos psicológicos na produção de conhecimento.

De acordo com González Rey (2002), Freud, por exemplo, possuía uma forma diferenciada na construção daquilo que ele pesquisava, que no caso era a histeria de conversão. Essa “patologia” não poderia ser estudada simplesmente observando, pois as suas causas não são acessíveis a olho nu, pois são internas. Segundo González Rey:

O caráter oculto do tipo de conflitos que Freud associou com o desenvolvimento da patologia o levou a elaborar uma metodologia interpretativa para a construção do conhecimento. Essa metodologia se realiza mediante a relação pessoal do psicoterapeuta com o paciente, a qual deve ser singular e aberta, não obstante a função que Freud atribuiu ao terapeuta, que deve atuar mais como ouvinte e intérprete do que como interlocutor (González Rey, 2002, p.13)

Para Turato (2003), a contribuição da psicanálise volta-se à compreensão do homem enquanto objeto de estudo, e sua recusa às pretensões de um chamado pensamento puro.

É importante mencionar que Freud foi um produtor de conhecimento, diferentemente de muitos de seus discípulos. Ele tinha um compromisso com o pensamento e com a criação, e com o seu caráter interpretativo, singular e em permanente desenvolvimento, em que o sujeito é o produtor do conhecimento. Freud empenhou-se em produzir a sua teoria a partir do trabalho clínico, o qual desafia os princípios fundamentais do positivismo.

Baseado na concepção de produção de conhecimento, comentaremos a seguir sobre a ideia de González Rey (2002) quando trata sobre a sua epistemologia qualitativa na construção do saber científico em psicologia.

6) EPISTEMOLOGIA QUALITATIVA

A teoria da Subjetividade proposta por González Rey (2002) também se propõe à produção de conhecimento, mas em postulados teóricos alicerçados nas concepções histórico-culturais de Vygostsky e Rubinstein.

Conforme González Rey (2002), a pesquisa ou a produção de conhecimento, refere-se a uma construção qualitativa que não se baseia nos instrumentos e nem na utilização de dados numa visão dedutiva-interpretativa. Ele define o modo de produzir conhecimento como uma espécie de epistemologia qualitativa, cuja metodologia é construtiva-interpretativa. Esta pode ser entendida como:

...um esforço na busca de formas diferentes de produção de conhecimento em psicologia, que permitam a criação teórica acerca da realidade plurideterminada, diferenciada, irregular, interativa e histórica, que representa a subjetividade humana (González Rey, 2002, p.29).

Essa visão e método psicológico enfatizam a produção de conhecimento e não a conferência *a priori* de dados coletados na realidade. É uma metodologia que baseia na interrelação dos sujeitos envolvidos, e das relações e vivências que são compartilhadas, não na observação neutra. Pelo contrário, envolve a convivência e a análise da funcionalidade dessas interrelações na produção de sentidos, significados e emocionalidade dos participantes.

González Rey (2005) argumenta que falar de pesquisa qualitativa não é tarefa fácil, pois existem diversas tendências com essa perspectiva. Por isso, esse autor propõe uma epistemologia chamada qualitativa. O trabalho em questão utilizará a lógica configuracional, que compreende a construção de informações por meio da atuação direta do pesquisador como sujeito atuante na produção de conhecimento. De acordo com a autoria essa lógica se baseia na epistemologia qualitativa.

A epistemologia qualitativa esboçada por González Rey (2002) fundamenta-se em três princípios: 1) o conhecimento e a produção construtiva-interpretativa; 2) o caráter interativo do processo do conhecimento; e 3) a significação da singularidade como nível legítimo da produção do conhecimento.

A produção construtiva-interpretativa propõe que o conhecimento não é um aglomerado de fatos comprovados em um momento empírico qualquer. Pelo contrário, ela enfatiza um posicionamento interpretativo que fomenta sentido às

expressões do sujeito estudado. Assim, a construção do conhecimento passa a estar mais voltada para o desenvolvimento de modelos específicos do que preocupada com verificações de conteúdos já existentes e relações entre variáveis. Segundo González Rey:

A interpretação é um processo em que o pesquisador integra, reconstrói e apresenta em construções interpretativas diversos indicadores obtidos durante a pesquisa, os quais não teriam nenhum sentido se fossem tomados de forma isolada, como constatações empíricas. (González Rey, 2002, p. 31)

Dessa forma, a interpretação é o processo que dá sentido a diversas atitudes e as transforma em experiências particulares, orientando a construção teórica do sujeito. A interpretação não se coloca como um instrumento permeado de categorias, *a priori*, como é o caso do processo dedutivo-interpretativo; a interpretação é mais um momento, como foi mencionado, na elaboração de novos esquemas sobre o indivíduo.

O pesquisador, nessa perspectiva, torna-se atuante, produtor de novas idéias ou pensamentos num ato constante de produção. Para Laville & Dionne (1999), o pesquisador social se envolve completamente na ação elaborativa de sua pesquisa, criando e se envolvendo, inclusive com suas próprias concepções. O pesquisador dos fatos humanos não pode estar numa posição alheia, como ocorre com as ciências naturais. Ele torna-se mais que um observador, ele atua, se envolve, enfim, cria a todo instante novas possibilidades de construção teórica.

O outro princípio é o caráter do processo de produção do conhecimento. Esta se volta para a relação pesquisador-pesquisado como fundamento das pesquisas em psicologia. A interação no processo de produção de conhecimento indica a importância das situações de imprevistos, como situações significativas, bem como, demarca o valor do diálogo como produtor de emocionalidade, que por sua vez, fomenta informações relevantes para a pesquisa. Também revela a importância do contexto e das relações entre os sujeitos na pesquisa como momentos relevantes para a qualidade do conhecimento.

Dessa maneira, a comunicação torna-se importante na construção do conhecimento, pois ela extrapola o esquema estímulo-resposta, transferindo a atenção dos pesquisadores dos instrumentos para o processo da interação e construção da informação. Segundo González Rey:

Programa de pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia

As construções do sujeito durante a pesquisa não surgem simplesmente como reação linear e isomorfa ao tipo de indutor utilizado no método, mas integram suas necessidades, assim como os códigos sociais aceitos pelo meio em que vive. Toda construção é um processo complexo, plurideterminado, que exige a maior perícia do pesquisador para definir indicadores relevantes sobre o que estuda, o que é impossível sem sua implicação ativa, não só com os resultados dos instrumentos, mas com os sistemas de relações que devem ser estabelecidos no andamento da pesquisa (González Rey, 2002, p. 55.)

Por último, a significação da singularidade como nível do conhecimento da produção do conhecimento. Esse princípio norteia a importância da individualidade como fomentadora de legitimidade para a pesquisa.

Ao tratarmos o sujeito de maneira singular o identificamos de maneira única na constituição da subjetividade. Assim, o número de pessoas envolvidas nas pesquisas ficam vinculadas às necessidades da investigação, a qual pode ser alterado ou mantido de acordo com a elaboração do conhecimento. Isso significa que, para essa epistemologia, o número de indivíduos está sujeito exatamente às necessidades da pesquisa e do pesquisador, pois a necessidade de generalização vincula-se ao pesquisador e não a um critério *a priori* definido em termos populacionais.

Deste modo, a epistemologia qualitativa vem propiciar a quebra do velho paradigma positivista, e implementar um modelo que viabiliza a construção do conhecimento, e não somente uma reprodução simples de modelos já existentes, que fomenta uma espécie de empobrecimento diante da riqueza subjetiva das pessoas pesquisadas.

Para González Rey:

A abordagem qualitativa no estudo da subjetividade volta-se para a elucidação, o conhecimento dos complexos processos que constituem a subjetividade e não tem como objetivos a predição, a descrição e o controle. Nenhuma dessas três dimensões, que historicamente estão na base da filosofia dominante na pesquisa psicológica, formam parte do ideal orientado pelo modelo qualitativo da ciência (González Rey, 2002, p. 48).

A pesquisa qualitativa, sob o enfoque da epistemologia qualitativa, não se vincula a um instrumento *a priori* ou a qualquer concepção quantitativa; ela está alicerçada em processos diferenciados de construção de conhecimento, ou seja, em uma dinâmica voltada à construção dialética e recursiva.

Entendo que o instrumento é uma ferramenta interativa, não um modo objetivo gerador de resultados capazes de aferir diretamente a natureza do estudado

sem a interferência do pesquisador. Além disso, que os instrumentos surgiram na medida das necessidades da pesquisa, portanto, como um processo dinâmico, relacional dialógico entre investigado e investigador.

Esclareço que as informações desta pesquisa qualitativa são organizadas dentro da perspectiva voltada para os sistemas conversacionais apoiados em indutores escritos (complemento de frases e questionários abertos), os quais permitem ao pesquisador deslocar do lugar central as perguntas para integrá-las em uma dinâmica de conversação que toma formas responsáveis pela produção de um tecido de informação o qual integra, com naturalidade e autenticidade, os participantes, possibilitando novas construções teóricas à medida que reflete sobre tais conteúdos empíricos.

6.1) DOS PARTICIPANTES

Essa pesquisa teve duas fases. A primeira consistiu nos primeiros contatos com o grupo de pessoas a fim de compreender alguns aspectos da aposentadoria e seus efeitos. Esta fase compreendeu a apresentação do pesquisador, criação de vínculos com os participantes, informação sobre a pesquisa, e registro de nomes e de dados pessoais para a outra fase da pesquisa. A segunda fase consistiu na pesquisa propriamente dita. Foram compartilhadas em grupo e individualmente informações que posteriormente subsidiaram as construções das informações.

Na primeira fase participaram 37 (trinta e sete) policiais civis do Distrito Federal, de diferentes cargos e ambos os sexos (Agente de Polícia, Agente Penitenciário, Escrivão de Polícia, Perito Médico Legista e Perito Criminal), que faziam parte de um projeto da Policlínica da PCDF conhecido como projeto FÊNIX. Na segunda fase do trabalho, foram selecionados 6 (seis) policiais civis (quatro Agentes de Polícia, uma Perita Papiloscopista e um Agente Penitenciário) sendo duas mulheres e quatro homens. Entre eles, dois estavam prestes a se aposentar e quatro estavam aposentados. Dois desses participantes foram aposentados por problemas de saúde, dois eram dependentes químicos e dois sem registro de adoecimento.

Entre os seis policiais, foram selecionados dois servidores (um homem e uma mulher) para realizar um estudo de caso em profundidade sobre a aposentadoria policial. Durante as entrevistas com os seis policiais, foram

selecionados dois deles devido à qualidade das informações compartilhadas por esses policiais nas sessões de conversação. A seleção teve o intuito de aprofundar nos eixos principais da pesquisa. No entanto, todas as informações compartilhadas pelos outros policiais foram utilizadas quando da discussão sobre a visão grupal, ou a subjetivação social dos participantes da pesquisa.

A maioria dos encontros, por volta de 12 (doze) encontros, ocorreram na Policlínica da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, sempre no período matutino, por escolha dos participantes da pesquisa.

O trabalho empírico teve início em 2012 com policiais que integraram um grupo de aposentados e pré-aposentados que frequentaram uma semana de curso “Preparação para Aposentadoria” que ocorreu nos dias 20 a 23 do mês de agosto do ano supracitado. Conhecido como Projeto Fênix, os encontros foram organizados e realizados pela Policlínica da Polícia Civil do Distrito Federal para 37 policiais civis.

O pesquisador teve a oportunidade de compartilhar com todos os servidores uma temática conversacional nos dias 20 e 23, com a duração média de uma hora e meia, a cada encontro. Os policiais foram divididos em dois grupos para facilitar a participação de todos os servidores. O primeiro grupo ficou sob a responsabilidade desse pesquisador e o outro grupo sob a responsabilidade de outra psicóloga experiente, convidada pelo pesquisador.

Antes da equipe entrar em contato com os policiais, ocorreram alguns encontros para delinear como seria feita a abordagem inicial aos participantes. Ficou estabelecido que faríamos três perguntas básicas para os dois dias: 1) O que significou o trabalho policial?; 2) Quais os sentimentos e as expectativas em relação à aposentadoria? 3) Se você tivesse oportunidade seria policial novamente?. Esses questionamentos foram fonte de mobilização dos servidores para uma discussão livre.

Passado o período do Projeto Fênix, seis servidores foram convidados por este pesquisador, quando estiveram na Policlínica da Polícia Civil, a participarem da segunda fase da pesquisa, que durou basicamente três meses, tendo seu início no dia 24/04/2013 e término no dia 09/07/2013.

A pesquisa somente iniciou depois que os servidores concordaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apenso), no qual fica manifesto que a participação dos mesmos era voluntária, podendo a desistência

do trabalho não incorrer em nenhum tipo de ônus. Este documento também registrou o compromisso ético do pesquisador para com os participantes.

Foram então realizados seis encontros que, no caso, foram divididos em: quatro sessões em grupo, uma para complemento de frases; outra para questionário aberto e apresentação de fotos, perfazendo o total de seis encontros para cada um dos seis policiais.

Após a análise das informações compartilhadas nesses períodos, foram necessários mais três encontros com os dois policiais selecionados, cujas informações fizeram parte dos estudos de casos dos servidores ABL e GJA. O intuito desta ação consistiu em ampliar e aprofundar o conteúdo compartilhado anteriormente. Esses encontros ocorreram no dia 01/11/2013 nas casas dos respectivos policiais, ABL e GJA, no período matutino e vespertino. E o terceiro encontro ocorreu em 05/02/2014 apenas com a ABL com o mesmo intuito de ampliar as informações compartilhadas anteriormente.

6.2) DOS INSTRUMENTOS

- **Complemento de Frases**

O complemento de frases é considerado um instrumento escrito, cuja característica principal é a apresentação de indutores curtos que serão preenchidos pelo participante. De acordo com González Rey (2005), esse instrumento surgiu na literatura como um teste projetivo (Rotter), com o intuito de propor significados particulares para formas gerais de expressão dos sujeitos diante das frases.

O complemento de frases consiste em frases incompletas, em que o sujeito as preenche a partir de sua experiência e vivência. Esse mecanismo demarca tanto as informações diretas, que se referem à intencionalidade da pessoa, como as informações indiretas, que estão ligadas à maneira como o sujeito constrói a sua subjetividade. Esse instrumento foi importante para esse estudo, pois facilitou o surgimento de novas zonas de inteligibilidade, não expressas em nível cognitivo.

Além disso, elementos da personalidade, bem como de história de vida, revelaram, ou não, como os sujeitos atuam, pois, falaram a respeito deles mesmos dentro de um contexto de pesquisa. Assim, o complemento de frases tornou-se potencialmente um grande indutor, cuja intenção de uso voltou-se para o estabelecimento de hipóteses onde o indivíduo sentiu-se livre para se expressar.

Esse instrumento foi utilizado depois dos encontros em grupo com os cinco policiais. Ele motivou a produção de expressões de sentidos subjetivos dos participantes. O encontro individual com aplicação do instrumento foi possível analisar a articulação entre os indicadores percebidos nos compartilhamentos com os policiais, os pensamentos do pesquisador e a base teórica.

- **Questionários Abertos**

Os questionários abertos são, segundo González Rey (2005); os instrumentos escritos que possibilitam um posicionamento do sujeito de maneira mais rápida diante de alguns indutores. O questionário do tipo aberto facilita a expressão das pessoas e a interpretação do pesquisador, pois esse instrumento representa. Conforme González Rey (2005a), um conjunto de indutores articulados facilitam a representação da maior quantidade de informação possível por parte do sujeito, que é conseguida por meio de indagações que possibilitam ser complementadas com outras informações. Para González Rey (2005^a), o questionário precisa ser aplicado depois de ser criado um clima facilitador para a participação das pessoas. O questionário aberto foi aplicado depois dos encontros em grupo.

As questões foram aplicadas individualmente em mais uma sessão posterior ao encontro para o complemento de frases. O questionário foi composto por sete questões: 1) O que é ser policial?; 2) Se tivesse oportunidade, seria policial novamente?; 3) Qual a sua ideia de família?; 4) O que seus familiares pensam sobre seu novo modo de vida?; 5) O que você trouxe da polícia para sua vida; 6) O que você levou de sua vida para a polícia?; 7) Como você se vê daqui para frente?

Nessas entrevistas foi utilizado aparelho gravador com o ciente do entrevistado.

- **Fotos**

Segundo González Rey (2005a) as fotos se tornam vias legítimas para provocar emoções e situar o sujeito em uma linha do tempo subjetiva vivenciada. Dificilmente essas informações são conseguidas por outros instrumentos. Além disso, busca-se com esse instrumento, a produção de conversas que facilitam a expressão do sujeito e não somente respostas perceptíveis. Juntamente à sessão das perguntas abertas, foram utilizadas fotos do policial.

A aplicação desse instrumento contribuiu sensivelmente para a pesquisa, pois as informações produziram novos desdobramentos às expressões dos participantes e possibilitaram a produção de novos trechos de informações favoráveis a construção de informações.

Saliento que a pertinência ou não dos instrumentos que foram utilizados estão vinculados ao momento empírico, à capacidade criativa e à articulação teórica do pesquisador. A partir do compartilhamento das informações destacadas nos instrumentos iniciamos a construção da informação.

7) ANÁLISE E CONSTRUÇÃO DAS INFORMAÇÕES

7.1) CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO - Uma breve exposição teórica

A construção da informação, sob uma perspectiva qualitativa, não está alicerçada na “coleta de dados” como se faz em outras modalidades de pesquisa. Ela segue utilizando formatos abertos, progressivos e interpretativos em todos os momentos da pesquisa. Isso significa que a informação elaborada não será a confirmação, ou não, de hipóteses levantadas, ou construções teóricas *a priori*, mas sim um momento de construção e produção de ideias.

De acordo com González Rey (2002), a perspectiva qualitativa não considera o dado como um aspecto objetivo que se legitima pelo instrumento utilizado, mas, como um elemento que adquire significação para o problema levantado, que, por sua vez, pode proceder dos instrumentos ou do próprio momento da interação com o sujeito.

Para esse autor (2002), os dados não podem ser um impeditivo das ideias, ao contrário, precisam ser seus facilitadores. Acrescenta González Rey (2002, p.111): “...Na pesquisa qualitativa, o dado ficou separado da ideia na tentativa de preservar sua objetividade, o qual está na base da separação entre as fases da coleta e de análise e interpretação de dados na pesquisa tradicional.” Conforme o autor (2002), os dados não se legitimam de forma unilateral na relação com o objeto, mas, por sua capacidade de dialogar com o pesquisador. Portanto, a pesquisa qualitativa não é um momento somente de colher informação para atestar o já existente, ela se firma necessariamente, conforme mencionado por González Rey, como um processo em que o dado proporciona um instante dialógico e criativo para o pesquisador, e não cerceador da construção de conhecimento.

A construção de conhecimento, numa perspectiva da pesquisa quantitativa sempre esteve ligada aos processos de indução e dedução. Esses possuem características voltadas para processos ordenados, regulares e lineares; voltados para legitimação de uma afirmação do dado empírico, no caso da indução ou da relação entre proposições teóricas, como na dedução.

Contrariando essas visões, González Rey introduz o conceito de lógica configuracional, como:

Programa de pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia

...um processo que não tem só caráter lógico, como a indução e a dedução, que são formas lógicas de seguir duas realidades de naturezas diferentes: a empírica e a proposição conceitual. A lógica configuracional coloca o pesquisador no centro do processo produtivo e se refere aos diferentes processos de relação do pesquisador com o problema pesquisado. A forma como esses processos se articulam entre si na produção de conhecimento depende muito do problema a estudar, assim como do contexto em que é estudado (González Rey, 2002, p.127).

Esse processo se caracteriza por uma elaboração teórica do pesquisador diante de diversas influências, nas quais se encontram suas próprias ideias, frente aos múltiplos momentos de confrontação com o empírico. Nesse espaço de estudo, o pesquisador é incentivado a integrar o curso irregular e diferenciado das múltiplas informações, implicando-se completamente na construção do conhecimento, prescindindo, dessa maneira, a neutralidade, aspecto delineado pelo posicionamento científico naturalista, que privilegia e incentiva essa característica.

Para essa concepção, o pesquisador está implicado na multiplicidade do estudado, para a qual não há regras *a priori*, como para os processos de indução e dedução. Nessa perspectiva, prevalece uma ampliação constante dos elementos para elaboração teórica, proporcionando uma mutabilidade e vinculação entre as informações, que tomaram sentido no decorrer da pesquisa.

Assim, em conformidade com o princípio construtivo-interpretativo, na qual se insere essa pesquisa, os instrumentos que serão utilizados terão como finalidade básica a construção de indicadores relevantes para formação de novas zonas de sentido sobre a aposentadoria dos policiais civis.

Os indicadores possibilitam um processo ativo que está em constante movimento. Conforme González Rey (1999b), o indicador se refere àqueles elementos que adquirem significação por meio da interpretação do pesquisador. O indicador aponta para um momento hipotético no processo de produção da informação que vai sendo gerado na relação entre o pesquisador e os participantes.

Os indicadores são elementos relacionados a fatores que mobilizam o sujeito acerca do tema estudado, sendo expresso sempre por via indireta e implícita. Os indicadores nunca determinam uma conclusão do pesquisador, pois estão relacionados a um momento hipotético no processo de produção da informação. Nas palavras de González Rey (1999b), um indicador é definido como:

...aquellos elementos que adquieren significación gracias a la interpretación del investigador, es decir, que su significado no asequible de forma directa a la experiencia, ni aparece em sistemas de correlación...el indicador solo

se construye sobre la base de información implícita e indirecta. (González Rey, 1999, p.113)

Os indicadores, então, possibilitarão a elaboração do conhecimento, sendo que apenas um indicador não tem valor como elemento isolado, mas como parte de um processo em que funciona a estreita relação com outros indicadores. Eles permitem ainda explicar ou dar sentido ao problema estudado, sendo que explica o que não é possível observar explicitamente.

Segundo González Rey (2002), os indicadores formam núcleos de sentido das experiências do sujeito, ou seja, o desenvolvimento de indicadores conduz necessariamente ao desenvolvimento de conceitos e categorias novas de sentido. Os núcleos de sentido referem-se às categorias ou hipóteses construídas com base nos indicadores, os quais estão articulados com os pontos que mobilizam os sujeitos. São esses núcleos de sentido que levam à elaboração de novas zonas de sentido, elementos fundamentais na legitimidade do conhecimento, pois apontam para novas formas de conceituar a área da realidade estudada.

No processo de construção de conhecimento, fazem-se necessários aspectos como a criatividade e a independência do pesquisador. Na pesquisa os diálogos são estimulados entre os sujeitos e o pesquisador, os quais se envolvem emocionalmente, desenvolvem vínculo e compromisso com o estudo, resultando numa produção de informação. Dessa forma, o momento empírico não representa apenas a coleta de dados e a afirmação do dado empírico, no caso da indução ou da relação entre proposições teóricas como na dedução, pelo contrário, esse momento deve significar um momento de produção da informação, onde as ideias, os conceitos do pesquisador, assim como o momento histórico-social-cultural no qual esse processo está ocorrendo são momentos permanentes do processo de construção da informação.

Assim sendo, o conhecimento científico gerado na lógica configuracional tem um caráter hipotético e provisório. É importante ressaltar que as zonas de sentido que serão construídas ao final do estudo, serão apenas mais uma contribuição para compreensão do fenômeno da aposentadoria policial.

7.2) ORGANIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

A análise das informações foi baseada a partir do estudo de caso realizado com dois policiais civis da Polícia Civil do Distrito Federal.

O estudo de caso tem sido utilizado como processo investigativo, na pesquisa qualitativa, em disciplinas como a sociologia, a antropologia, a história e a psicologia há muitos anos. Para André (2005), o estudo de caso tem como finalidade realçar características da vida social. Segundo a mesma autora (2005), o estudo de caso sempre envolve uma instância em ação, a particularidade e a complexidade do singular. Assim, os estudos de casos procuram retratar a realidade de forma profunda, ou seja, tentam revelar a multiplicidade de dimensões presentes numa dada condição, destacando um todo, mas sem deixar de enfatizar as partes, as circunstâncias específicas que favorecem uma maior apreensão desse todo.

Para González Rey (2002), o estudo de caso constitui um processo irregular e diferenciado que se ramifica à medida que o indivíduo se expressa em toda a sua complexidade. Contribuindo com esse posicionamento, Menga Ludke (1986) também entende que esse modo de fazer pesquisa enfatiza a complexidade que é expressa na singularidade. Dessa forma, devido à complexidade do fenômeno estudado, escolhi essa forma de pesquisa a fim de construir as informações sobre a aposentadoria policial, que foram compartilhadas entre os policiais e o pesquisador.

Os casos foram trabalhados como um estudo, sem nenhum tipo de padronização dos instrumentos ou dos procedimentos seguidos. A importância do estudo de caso, nesse tipo de pesquisa, se caracteriza pelos elementos que esses casos aportam a um modelo teórico em desenvolvimento, capaz de gerar inteligibilidade sobre os sentidos e as configurações subjetivas associadas à aposentadoria policial.

A generalização, nesse tipo de pesquisa, está muito mais vinculada à qualidade do modelo teórico formado pelas hipóteses que vão se legitimando no curso da pesquisa, que pelos sistemas de informação que ganham visibilidade nas construções teóricas.

Para Mori e González Rey (2011), os modelos teóricos representam uma construção que permite dar visibilidade a aspectos e formas de organização do problema estudado, os quais não são acessíveis de forma direta pela observação,

mas que ganham visibilidade para o pesquisador em suas múltiplas e recursivas inter-relações, por meio do modelo produzido.

Segundo González Rey (2010) o modelo é construído a partir de indicadores. Estes são significados que o pesquisador vai produzindo diante de certos fragmentos de informação. A apresentação de indicadores diversos em relação a um mesmo significado permite a definição de hipóteses.

Assim, as hipóteses significam construções em andamento, que não têm como objetivo a verificação empírica, mas que indicam a maneira como o pesquisador integra o complexo sistema de informações e reflexões que vão conduzir as construções que definiram o modelo teórico em uma pesquisa.

Partindo disso, foram destacadas as informações dos policiais convidados para participar da pesquisa. Esse procedimento foi adotado com a finalidade de favorecer a organização das informações e o levantamento de indicadores que auxiliaram a compreensão dos impactos da aposentadoria na saúde desses servidores públicos.

As construções foram produzidas a partir das informações compartilhadas por meio das conversações em grupo, das entrevistas individuais e da apresentação das fotos, bem como das respostas dadas no complemento de frases, numa tentativa de integrá-los e produzir novas zonas de sentido a partir do levantamento de hipóteses que vão sendo geradas no processo de construção da informação com base nos indicadores levantados e que permitem dar significado às categorias do referente teórico assumido.

7.3) O POLICIAL CIVIL DIANTE DA APOSENTADORIA – ESTUDOS DE CASOS COM POLICIAIS CIVIS DO DISTRITO FEDERAL.

Caso ABL

ABL tem 53 anos e trabalhou 19 anos como Perita Papiloscopista. Ela é divorciada, tem dois filhos e reside atualmente em Taguatinga-DF. Foi aposentada por invalidez, recebendo seus proventos de maneira proporcional ao seu tempo de serviço. Sua aposentadoria ocorreu devido ao quadro de tenossinovite crônica e depressão recorrente.

Nas sessões de conversações, tanto individual como em grupo, a policial se mostrou solícita, sociável, porém pouco falante, respondendo aos questionamentos quando provocada.

Em relação à pergunta: o que significa a aposentadoria para você? Ela respondeu:

A aposentadoria para mim não foi uma das melhores coisas, porque eu fui subtraída, né? pelo problema de saúde.

O primeiro ponto a ser destacado nesse trecho conversacional é a maneira como ABL fala do fato objetivo de sua aposentadoria. Ela retrata de maneira enfática que lhe retiraram algo de certa importância, devido a problemas de saúde. No entanto, fica também demarcado, nesse trecho, que ela não participou desse processo de subtração, lançando dessa forma a responsabilidade do ato a terceiros ou à doença. Assim, elementos que implicam uma espécie de influência externa como causa de sua condição de aposentada. Ela também não retrata possíveis posicionamentos diante dessa situação:

Agora que estou tomando consciência que estou aposentada, que os colegas da minha turma estão todos aposentados, mas a forma como fui aposentada não foi das melhores, não. Demorei, muito e até hoje eu me cobro, pelo fato de ter sido aposentada por problema de saúde.

Parece que a doença toma contornos não só de causa em relação a sua aposentadoria de acordo com ela; mas assume, em certa medida, um caráter reificado importante em sua configuração subjetiva atual da aposentadoria; o que funciona como o elemento que fundamenta sua inércia diante da doença.

Para González Rey (2011), o sentido subjetivo que se define nas diferentes alternativas de expressão da pessoa, faz parte de sua capacidade humana de agir no mundo. As suas expressões causais de ABL sobre a sua doença são indicadores de que a doença serve como mecanismo contraditório em que, ao mesmo tempo que gera culpa, justifica certa passividade diante de seu quadro clínico atual. Isso pode ser notado nos complementos de frases:

A doença: Impede que você seja você.

Meu maior tempo dedico: À minha doença para ver se fico com a saúde que eu quero.

Me esforço: Às vezes menos do que deveria.

É interessante observar a produção de sentido subjetivo gerado por ABL, quando trata de sua condição de vida atual. Parece que a doença assumiu o papel central de sua existência. Tudo gira em torno da sua condição de doente. Dessa forma, justifica comportamentos de passividade diante dos quadros clínicos de tenossinovite e depressão que se arrastam desde 1998. Essa condição aponta para o desaparecimento da servidora como sujeito da doença e de sua vida pessoal.

Faz-se necessário entender que, a categoria sujeito, de acordo com González Rey (2003) indica uma representação momentânea de subjetivação da pessoa dentro dos espaços sociais em que vive onde ela se constitui. Para o autor (2003), essa categoria está em constante desenvolvimento com uma organização que não atua como determinante externo da experiência, nem das ações do sujeito que a expressa, mas como um momento na produção de sentidos e significados que acompanham a ação do indivíduo de maneira inconsciente. É importante ainda comentar que:

... A condição de sujeito é essencial no processo de ruptura dos limites que o contexto social parece impor, e é responsável pelos espaços em que a pessoa vai modificando esses limites e gerando novas opções dentro da trama social em que atua. (González Rey 2003, p. 237)

ABL relata, em diversos momentos nas conversações e nos complementos seu desejo de romper com sua condição clínica atual; no entanto, percebe-se é que a doença, reificada pela biomedicina e agora por ela, continua sendo uma espécie de álibi ou causa de sua situação afetiva atual. Isso fica claro quando responde as perguntas: Como você se vê daqui para frente? Que tipo de limitação a impede de fazer o que gostaria? Quando deixou de ser você mesma?

Eu queria ser menos inútil, queria ser mais capaz, queria ter mais saúde, queria fazer tudo como eu penso em fazer, mas não dou conta, eu queria ficar sem limitações.

A limitação da saúde né?, a restrição de movimentos, eu queria ser aquela ABL independente que eu era. Hoje eu sinto como se tivesse uma dependência, dependência de filho, por causa da modernidade, dependência de medicamentos para não sentir dor você, entende?, eu queria ser eu mesma sem, depender de remédios, sem depender de ninguém, ser eu mesma forte!

Quando eu não dei conta de cuidar de mim mesma, quando a saúde abalou, se eu tivesse saúde eu acredito que eu daria conta de fazer tudo o que eu fazia antes. Uma das minhas maiores lutas é essa, eu não consigo me encarar como doente.

O caráter da doença como limitador e causador da perda de sua autonomia pessoal é reiteradamente repetido por ABL. Isso serve como indicador do

desaparecimento dela como sujeito, que diante dessa nova condição de vida não conseguiu romper com a condição concreta da aposentadoria compulsória e gerar novos sentidos subjetivos. A mulher que era, segundo ela, independente, tornou-se dependente dos filhos e dependente de medicamentos. Por não conseguir produzir sentidos subjetivos alternativos à sua situação atual, reitero o sentimento de incapacidade e a sua condição de doente. Mesmo que a situação a incomodem, há indicadores de uma dificuldade de gerar emoções sobre as quais uma disposição mobilizadora possa se desenvolver e provocar mudança em sua vida.

Assim, na configuração subjetiva da doença, esta assume o papel de causadora de sua dependência existencial, permitindo-lhe acomodar-se, mesmo que insatisfeita com essa situação. Em outras palavras, essa representação serve como explicação de sua inércia. Diante disso, pressupõe-se que ela faz poucas tentativas de mudança em sua rotina, o que leva à manutenção da condição de doente, e ao não engajamento em mudanças significativas em sua vida.

Outro fator importante destacado nas conversações e nos complementos de frases é o elemento representacional sobre a doença. Esse geralmente está atrelado à incapacidade, à improdutividade, à imagem de deficiência, entre outros. Poucos veem essa condição como um momento significativo de produção e geração de novas alternativas para o mundo. No caso de ABL, não foi diferente. A sua aposentadoria compulsória foi imposta por uma junta médica oficial, que lhe avisou inesperadamente a impossibilidade de cumprir outro período de licença médica pelo decurso de 24 meses. Afastada para tratamento de saúde questionada sobre a forma como ficou sabendo que iria aposentar, ela respondeu:

...a pior possível, porque foi da pior maneira, eu iria entrar de licença porque não tinha condição de voltar ao trabalho e o diretor da Policlínica, na época, me fez assinar um documento que eu não iria entrar mais de licença. Depois eu descobri porque isso tinha acontecido comigo, porque tinha decorrido mais de 24 meses de licença...

É importante destacar que a incapacidade para o serviço de ABL foi proferida por uma Junta Médica Oficial, que, de acordo com seus protocolos estabeleceu critérios que a retiraram do exercício de suas funções permanentemente, mas recebendo, por isso, proventos proporcionais.

Isso revela a dinâmica da ordem biomédica de categorização de um quadro incapacitador permanente e que não leva em conta outras alternativas vivenciais,

subjetivas e profissionais da servidora, que poderia trabalhar em outra área exercendo outras atividades. Em conversações informais, ABL nos contou que, quando procurou a Policlínica, ela buscava ajuda institucional, não a sua aposentadoria compulsória devido ao decurso de prazos protocolares.

O modelo biomédico, surgido em meados do século XIX, está alicerçado na categoria doença. A sua base é o ideário cartesiano, fundamentado em concepções mecanicistas de funções orgânicas. Em seu bojo o pensamento biomédico enfatiza a produção de diagnósticos e uma terapêutica medicamentosa que retira de suas perspectivas de tratamento a dinâmica social e subjetiva. A análise biomédica está atrelada a uma visão estatística que estabelece os rótulos sobre os sujeitos e com isso gera problemas sociais significativos, principalmente ligados à organização financeira dos servidores que são classificados como incapacitados permanentes, embora possam exercer, em certa medida, outras atividades produtivas.

Para González Rey (2007), o problema do rótulo volta-se para a universalização de uma condição e define práticas sociais despersonalizadas em relação ao problema, perdendo de vista o sujeito. Assim, a lógica biomédica não leva em conta outros aspectos importantes do adoecimento, como: a cultura, as emoções e a produção de sentido subjetivo. No relato abaixo, ABL mostra a força desse modelo:

...hoje eu não bebo por causa dos medicamentos, até perguntei para psiquiatra: Quando você vai tirar esses medicamentos, porque eu quero levar uma vida normal, hoje, hoje, eu, por exemplo, estou me sentido bem, tinha aproximadamente um mês que eu estava me afastando porque eu estava numa fase crítica e eu fico com muito medo de machucar as pessoas, que eu já machuquei muitas pessoas, às vezes sem perceber, e com isso muitas pessoas não entendem que eu estou fazendo isso por problema de saúde, outras acham que eu sou mole demais, acham que eu dou muito valor a doença...

Aqui, novamente, pode-se notar a força do modelo biomédico no tratamento e também a condição de o indivíduo vinculado ao processo terapêutico. A ação da pessoa se restringe ao uso dos medicamentos e a sua suspensão não passa, no caso de ABL, por uma construção que a envolva na tomada de decisão para deixar de usá-los.

O que se percebe, na história de ABL é um longo tratamento para dores e para depressão. Como a servidora pouco se envolve, não consegue gerar sentidos subjetivos que lhe permitam novos caminhos. Isso demonstra a necessidade da

psicoterapia para estes “pacientes”, como via de superação do modelo biomédico de passividade, baseado na utilização de fármacos. A incapacidade subjetiva de ABL para gerar alternativas em seu modo de vida torna-se, portanto, um fator significativo em relação à evolução da doença.

Segundo González Rey (2011), as doenças nunca anulam os processos de promoção de saúde. Dessa forma, a finalidade dos profissionais da área de saúde deveria ser orientar o surgimento do sujeito, que seria o indivíduo capaz de posicionar-se de maneira ativa em relação à sua saúde nas diferentes áreas de sua vida. No caso de ABL, o que se percebe é uma reprodução de protocolos e métodos biomédicos de tratamento baseados não na emergência do sujeito, mas em uma continuação de procedimentos que simplesmente induzem os indivíduos a um posicionamento pouco reflexivo e ativo diante dos processos de adoecimento.

No trecho a seguir, ABL relata novamente o seu posicionamento de que a doença é a causa de sua inércia diante dela:

Eu até poderia ter recorrido, mas eu fui conversar com o pessoal da Policlínica, inclusive era a M que estava lá na época, ela disse: Seu problema é sério, seu tumor é sério, mas, enquanto ele não gera seqüelas, sua aposentadoria não será integralizada.

ABL segue e diz que poderia ter recorrido da decisão da Junta Médica, mas não fez porque alguém disse que ela não conseguiria a aposentadoria integral até que sua doença trouxesse sequelas. Neutralizada pelo poder institucional, e por outras pressões que não emergem nessa representação, não faz nenhuma tentativa de mudar sua condição de vida.

Essas outras pressões são subjetivadas de diferentes formas por ABL em suas configurações subjetivas atuais. Uma dessas pressões está em suas dificuldades de relacionamento familiar e, em como isso fez com que agisse de maneira diferente (ativamente) no mundo.

(FOTO) ENTREVISTADOR: Nesse período, você entrou na polícia, depois de 12 dias você se casou, foi isso? ABL - Entrei na polícia 06/12/1982 e em 18/12/1982 eu me casei. Como era essa policial aqui? ABL – era uma policial alegre, era uma policial que estava se sentindo como a dona da minha vida, meus pais eram muito rígidos, principalmente meu pai, e a sensação que eu tinha era que eu seria dona da minha vida.

(FOTO) ENTREVISTADOR: O que essa menina queria aos 11 anos? AB – Queria crescer, estudar e trabalhar.

Quando lemos essas expressões podíamos precipitadamente dizer que ABL ativamente construiu sua vida. No entanto, quando observamos a configuração subjetiva familiar, logo notamos, na história de ABL, uma ação de pouca demonstração de afeto por parte do pai. O que ocorria era uma demonstração de violência e indiferença afetiva, principalmente do pai que a mobilizou, de acordo com ela, a sair de casa, a buscar um casamento que materializasse sua *pseudo* liberdade, a estudar e a procurar alternativas à vida. Nota-se uma produção de sentido de que a sua busca não foi apenas por liberdade, mas de fuga de um pai opressor. Podemos ver essa condição no trecho da conversação abaixo:

(FOTO) ENTREVISTADOR: Como era a relação entre seu pai e vocês?
ABL – Era muito agressiva, ele era autoritário, mandão, ele podia tudo, a gente não podia nem sorrir, quando a gente se reunia e começava a sorrir ele dizia que toda a alegria tinha uma tristeza. Às vezes a gente estava brincando, quando a gente começava, ele vinha e batia na gente, porque a gente estava fazendo barulho. Depois que eu comecei a trabalhar e me casei, o vínculo que eu tinha com meu pai era de dependência financeira...

De acordo com González Rey (2004^a) os processos de subjetivação são múltiplos e divergentes entre si, caracterizando, dessa forma, a riqueza da subjetividade social. A família é uma instituição social que interage constantemente com todo corpo social fomentando e sendo fomentada pelas produções de sentido que são geradas constantemente.

No trecho exposto, o pai de ABL foi um homem agressivo e indiferente aos sentimentos dos filhos. Ela continua e diz que, quando conseguiu sua independência financeira, e saiu de casa devido ao casamento, sua relação com seu pai foi apenas financeira. Essa informação revelou uma produção de sentido subjetivo em que a relação afetiva paterna tornou-se objetal, com pouca demonstração de carinho por parte dela, e, ainda, com certo cuidado em relação a ele.

Para González Rey (2004a), a frustração das expectativas e a constante insatisfação com a falta de afeto paterno ou materno podem gerar sentidos subjetivos significativos, como os que foram produzidos no caso ABL.

Em relação aos irmãos, ABL revela um relacionamento em que ela é um modelo referencial para eles:

...na época, a gente não tem noção do que a gente faz, mas hoje em dia os meus irmãos dizem que eu fiz bem para eles quando sai de casa, quando eu estudei, quando eu trabalhei e fiz concurso...

ABL possuía uma imagem positiva diante de seus irmãos, principalmente por ter tomado a iniciativa de ter saído de casa, por ter estudado e procurado um emprego. Para ela, essa visão é de suma importância para sua subjetivação e estabelecimento de sua identidade. No entanto, ao mesmo tempo em que os irmãos tinham essa imagem, eles também tinham uma visão da servidora que moralmente não era coerente com os valores familiares. Em conversas informais ela comenta que os irmãos passavam a impressão que ela era uma “vadia” por ter tido três casamentos, sendo que um deles o companheiro ainda estava casado. Essas expressões representam um indicador de seu mal-estar vivencial em sua família atual.

No que diz respeito à mãe, esta representava uma base de apoio para a servidora em meio à tensão afetiva gerada pelas separações com os ex-companheiros e também com os seus irmãos.

O tempo mais feliz: Quando cuidei da minha mãe.

Uma mãe: Supera tudo e é insubstituível.

ENTREVISTADOR: (FOTO) Me restaram duas fotos, quando você fez essa foto o que você estava pensando? ABL – Eu estava pensando em mudar a vida, aí eu tinha me separado do 3º marido, decidi então que deveria cuidar de mim, mas aí eu fui cuidar da minha mãe...(FOTO DA MÃE): Aqui ela já tinha voltado para a casa dela. Um dos motivos para ela ter voltado para a casa dela foi que os meus irmãos achavam que ela tinha o lugar dela. Eles pensavam que eu tinha uma possessividade, vamos assim dizer, mas não era assim que ela via. Minha mãe via como um tempo feliz, não era eu que cuidava dela, era ela que cuidava de mim...Mas, toda vez que chegava o domingo, ela acordava, tomava o café e dizia: Hoje é domingo, eu vou para casa ABL. Lá em casa nós conversamos sobre tudo, as coisas que aconteciam na casa dos outros filhos, as coisas do meu pai, mas meus irmãos não entendiam isso, e falavam que parecia que ela só tinha a ABL...

Quando da morte da mãe ela perdeu seu ponto de apoio e uma das maneiras ou a única forma de se sentir útil, afetivamente amada e respeitada no mundo. ABL convivia nessa época com um conflito intrafamiliar importante, pois, ao mesmo tempo que tinha um enorme prazer em cuidar da mãe, que também segundo ABL, se sentia muito bem ao lado dela, os irmãos sentiam que ABL queria a mãe somente para ela gerou-se uma celeuma em torno do cuidado com a matriarca, que, naturalmente, produziu sentidos subjetivos diversos em ABL, como o distanciamento dos irmãos e de outras pessoas.

Outro ponto importante na relação familiar de ABL são os filhos. A servidora é mãe de dois filhos (uma mulher e um homem) que não moram com ela, devido a

dificuldades de relacionamentos entre ABL e eles. A filha não conversa com ela, inclusive a retirou dos meios de comunicação virtual (Facebook). O filho saiu de casa pouco tempo depois que discutiram fortemente, em razão de um relacionamento afetivo dele e de sua indisposição para estudar. Quando perguntada o que os filhos fariam dela, ela respondeu:

...encrenqueira, o "L" falaria que eu sou encrenqueira, mas sou cuidadosa e carinhosa. "A" só me vê como louca e encrenqueira, porque quando eu parto para cima ela só me vê como louca, como doída. Eu mudo quem sou eu...

Sinto: Saudade dos meus filhos, principalmente quando eram pequenos.

Meus hábitos: Às vezes incomodam os outros.
--

Nas expressões e no complemento de frases, logo percebemos o conflito entre os filhos e ABL. Para a servidora, suas ações e cobranças (a mania de organização e limpeza) são de cuidado e carinho, porém os filhos, aparentemente, não sentem dessa forma, o que tem gerado tensões nas relações entre eles. Parece-nos que ABL quer ter o controle dos filhos e das circunstâncias que envolvem a família, principalmente quando fala que sente saudades de quando eram pequenos - como se eles precisassem ser conduzidos em tudo que fazem - revelando, dessa forma, uma espécie de controle pessoal sobre os filhos. O indicador de controle sobre as outras pessoas fica delineado na experiência vivencial de ABL e nas produções de sentidos subjetivos que envolvem os relacionamentos com os outros. Além disso, este pode ser fator gerador de tensão nas inter-relações sociais, parte importante de seu comportamento atual.

O relacionamento entre ABL e os filhos tem gerado uma reação contra a ação cuidadora dela a ponto de ocorrerem agressões verbais e físicas entre eles. Uma produção de sentidos expressos por meio de sentimentos de solidão, culpa, segregação e de conflitos intensos entre ela e os filhos. Isso pode ser observado na expressão abaixo:

...custa a solidão (choro), solidão de amigos, solidão de família, solidão de companheiro, eu não quero mais maltratar ninguém que eu amo, mas quando eu vejo, quando eu me sinto agredida, quando eu vejo, eu já reagi, eu já fui para cima e isso me incomoda.

O que se nota é que a família de ABL assume um dos pontos centrais de conflito em sua vida. Os novos sentidos subjetivos têm base na configuração anterior

de família e emergem de sentimentos derivados das novas condições de vida. A configuração atual de família não consegue ter capacidade geradora de novos sentidos subjetivos que contribuam para uma mudança existencial efetiva.

Contrariamente à questão familiar, o trabalho policial que era algo produtor de sentidos subjetivos significativos para ABL tem sido atualmente gerador de sofrimento devido a sua aposentadoria compulsória.

...olha quando entrei na turma de 1982, naquela época o papiloscopista já era discriminado como se ele só ficasse lá dentro do Instituto ou dentro do posto de identificação...Uma das fases melhores da minha vida foi quando eu trabalhei no plantão porque tive contato com outras categorias...O trabalho dependia do que a gente tinha aprendido, do que a gente estava visualizando...

ABL é Perita Papiloscopista, cuja atribuição básica era a de identificação de pessoas que cometeram crimes ou não, um trabalho instigante e muito importante dentro da cadeia de investigação policial. Muitos crimes são solucionados por meio da identificação papiloscópica. A servidora sentia-se importante, muito embora tenha sofrido discriminações por outros colegas policiais devido ao caráter mais discreto e administrativo do papiloscopista policial.

Chama-nos atenção, na fala anterior, a questão da discriminação sentida por ela, pois não está diretamente voltada para a questão do gênero feminino, mas, por ser papiloscopista policial. Esse posicionamento parece estar vinculado à postura hierarquizada e machista de atribuir valor às atividades de risco ou às atividades masculinas, e menosprezar outras atividades como as administrativas, fomentando, assim, uma espécie de diferenciação tácita entre os trabalhos executados e as pessoas que o executam.

Isso não significa, no entanto, a inexistência de discriminação contra a mulher policial, mas que a postura discriminatória da instituição, sentida por ABL, abarca não somente as mulheres, mas também um conjunto de condições, de situações e de pessoas, para além do gênero, algo que pode estar vinculado a uma representação institucional pautada na hierarquia de cargos e atribuições destes. Assim, o que se nota na fala de ABL, é um teor de profissionalismo, que, inconscientemente produz sentidos subjetivos diversos, impregnados de discriminação, os quais respondem a uma subjetividade social que segrega e exige certas posturas de seus servidores.

Partindo disso, perguntei a ela: Quem é essa mulher policial no trabalho?

Programa de pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia

Era muito exigente, era muito detalhista, sempre gostava de trabalhar com impressão digital, o período mais gratificante foi quando eu trabalhei no IC, que eu trabalhava no plantão levantando impressões digitais nos locais de crime. Quando eu conseguia pegar uma impressão que eu chegava no ladrão ficava muito satisfeita; assim, pelo meu trabalho, eu sempre fui muito exigente, hoje continuo muito exigente...

ABL fala de uma representação vivencial baseada na imagem construída de competente e que produzia sentimentos de prazer obtidos mediante a identificação de criminosos e solução de crimes. Essa imagem de competente era expressa por meio de características pessoais - ser exigente e detalhista. Ela menciona que essas características agem em outras áreas de sua vida, servindo, então, como um fator delineador de uma pessoa que valoriza extremamente sua imagem diante do outro e que procura executar suas funções de maneira exemplar a fim de receber o reconhecimento social, bem como de ser aceita dentro de um ambiente que atribui, tradicionalmente, valor profissional ao homem, como a PCDF.

É importante salientar, também, que a polícia tem como característica de sua subjetividade social a representação do masculino como viril, forte, corajoso, poderoso, entre outros, o que de maneira inconsciente, mobiliza ações e produções de sentidos subjetivos diversos diante dessa condição. ABL representa isso quando fala da qualidade de seu trabalho:

...alguns colegas diziam que eu fazia o serviço para homem nenhum botar defeito, porque eu não tinha medo de trabalho, até porque naquele tempo era a gente que organizava a área de trabalho da gente, era a gente que limpava. Eu nunca tive medo e aí muita gente aprendeu a ser organizado, eu era vista como um homem na equipe.

Percebe-se, com isso, uma produção de sentido subjetivo relacionado ao prazer no exercício de suas atividades policiais, mas também uma representação masculinizada do policial civil, com todas as suas características, inclusive a força e a truculência. Num dos encontros, ABL disse que já teve que agir de forma mais enérgica com um criminoso que não queria se submeter ao processo de identificação papiloscópica:

...eu perdi a paciência com um, porque ele na hora da identificação não espalmava a mão que ele sabia que era necessário, então eu avisei que se ele fizesse mais uma vez nós vamos ter problema, fiz todo o processo novamente e ele não espalmou a mão, então eu peguei um pau e bati na mão dele com todo força. Depois de ter batido avisei para não fazer, aí na próxima ele espalmou a mão.

É interessante notar a expressão da violência e, naturalmente, da agressividade policial como elementos corriqueiros e necessários na vida dos policiais. Não importa o sexo, pois fazem parte da rotina desses servidores no ambiente laboral. No entanto, no caso da ABL o comportamento agressivo e irritadiço aparece também em outros momentos, como nas entrevistas individuais. Geralmente, quando ela se sentia incapaz de responder algo, logo notávamos uma alteração em suas expressões faciais: ficava ruborizada e o diálogo ficava monossilábico. Isso reflete ABL também em outras situações vivenciais, e aponta para uma produção de sentidos subjetivos diversos que envolvem elementos que integram sua configuração subjetiva como policial. Nas entrevistas, ela descreve novamente sua irritação e agressividade:

Me importunam: Quando tentam me inferiorizar com relação ao meu esquecimento.

Ela novamente representa sua irritação, mas acrescenta um elemento já mencionado anteriormente que é a sua preocupação com a imagem de ser competente e capaz. Quando diz: “me importunam quando me inferiorizam”, demonstra, reação agressiva que envolve uma produção de sentido subjetivo com diversos elementos semelhantes a sua configuração subjetiva atual, entre eles, a construção de sua imagem policial. Isso pode ser visto na seguinte fala:

...já agredi depois que eu aposentei um colega palhaço. Eu cheguei no instituto e ele veio dizer que eu não era mais polícia, eu fui buscar alguma coisa lá. Eu disse para ele sorte sua que eu não sou mais polícia, porque depois de você me dizer isso aqui se eu estivesse armada eu tinha tacado um tiro na sua cara. Eu tinha o jeito explosivo...

Quando analisamos, a carreira profissional de ABL, a sua história de vida, logo percebemos a construção subjetiva de sua identidade profissional. Podemos, então, entender melhor a configuração subjetiva da depressão e da agressividade em seu comportamento. A configuração subjetiva de ser policial envolvem vários aspectos: representações da subjetividade social impregnada do masculino, da violência gerada no exercício dessa função; sentidos subjetivos associados ao gênero e a representações do masculino, - a experiência da violência paterna, e o modo pessoal criterioso e organizado de ser - como elementos emergentes na configuração subjetiva da sua identidade. Esses fatores são importantes, como já mencionado, na compreensão de seus comportamentos agressivos e da depressão.

É importante frisar que o mal-estar gerado por essas condições não são definidos simplesmente por fatores concretos, por uma configuração subjetiva nos quais elementos diversos se convertem numa fonte autogeradora de tensão e de insatisfação, como no caso de ABL.

Dessa forma, quando reanalisamos o caso ABL constatamos que a tensão e a insatisfação atual de sua vida gira em torno da perda de sua identidade como pessoa no mundo, ou seja, como ser policial. Esse elemento é um dos fatores mais significativos na configuração subjetiva da policial aposentada. Isso torna-se importante, porque o exercício da função desempenhada por ela era fundamental na produção de sentido subjetivo, sua atividade laboral como policial civil.

Segundo González Rey (2011), a identidade não representa um aglomerado de atributos que nos permitem a identificação com um grupo humano. A identidade é uma configuração subjetiva. Mesmo que as condições objetivas mudem, a realidade da vida pessoal nos permite continuar sentindo que somos os mesmos, e mantendo os nossos afetos, nossos diálogos com as pessoas e os valores centrais que fizeram parte de nossa história. A aposentadoria para ABL proporcionou uma dificuldade de produção subjetiva.

...você perde a saúde, você perde o vínculo com os colegas, eu perdi tudo, porque a única coisa que eu vivia era para família e para o trabalho...

Para González Rey (2011) a identidade é uma produção de sentidos subjetivos construídos nos processos e fatos vivenciados em determinado contexto. No caso ABL, o ser policial estava ligado a um período da vida associado à representação primeira de ser pessoa no mundo, de ser mulher que vence seus desafios, logo, a uma representação de conquista e independência e de certo controle sobre a sua própria vida e a de outros.

Quando da aposentadoria, os valores gerados pelo trabalho são subjetivados socialmente de maneira negativa, posto que apontam para inatividade e inutilidade. Para ABL, que construiu inconscientemente uma imagem referencial de respeito, de utilidade pública e individual, principalmente para sua família e para os colegas, a aposentadoria por invalidez tem gerado, subjetivamente, sentimentos de menos-valia e profunda tristeza. Dessa forma, ressaltamos que a produção subjetiva atual de ABL reflete um desamparo vivencial, em que uma das formas de expressão é a configuração subjetiva da depressão. A definição de configuração subjetiva da

depressão opõem-se às concepções de uma entidade bem definida, na medida em que integra a pessoa como um todo que se organiza no curso das experiências atuais.

Dessa forma os processos subjetivos gerados a partir da aposentadoria organizam-se em sentidos subjetivos que integram a configuração subjetiva atual de ABL. É importante destacar que a aposentadoria compulsória teve e tem um impacto grande na vida dela e tem impedido a geração de alternativas diante da doença. Ser sujeito de sua vida, implica viver as contradições e se posicionar em relação à doença, o que ABL tem tido dificuldade atualmente de vivenciar.

A partir das análises de ABL, podemos refletir sobre alguns aspectos importantes:

1) ABL revela ser uma pessoa pouco reflexiva e com dificuldades de agir ativamente em relação à doença. A compreensão do fenômeno do adoecimento, no caso em questão, foi importante, pois a história da servidora revela ações voltadas mais para o caráter ativo da personalidade. No entanto, ao contrário disso, ela assumiu uma postura diferente daquela que dirigiu sua vida em relação às doenças. O caráter ativo em ABL pode ser visto quando saiu de casa para trabalhar e se casar, quando se separou de seus maridos, como executava seu trabalho policial; porém essa força ativa, empreendedora, não foi notada nos encontros, nas conversações e nem no histórico do adoecimento de ABL, o que tem impedido sua capacidade geradora de novos sentidos subjetivos diante da doença e da sua aposentadoria.

2) Partindo da conclusão anterior, notamos também o caráter dinâmico e contraditório do estudo da subjetividade humana. O conceito de configuração subjetiva nos permite produzir inteligibilidade sobre a subjetividade, que naturalmente está em movimento constante. A configuração subjetiva de ser policial está ligada, dinamicamente, a outras configurações, afetando, recursivamente, a experiência atual em diferentes esferas da vida. A sua dificuldade para gerar de novos sentidos tem influenciado diretamente a configuração subjetiva da depressão. Os sentidos subjetivos ligam momentos e experiências anteriores da pessoa nos contextos atuais. No entanto, isso não foi percebido, pois ABL sofreu a aposentadoria compulsória por problemas recorrentes de saúde. ABL foi subtraída

de sua conquista e do seu valor, profissional, de sua construção identitária, favorecendo uma produção subjetiva de uma espécie de desamparo vivencial.

3) Outro elemento interessante a ser destacado da análise do caso de ABL é a construção identitária baseada em sua performance como exemplo a ser seguido pelos familiares e a sua representação como ser humano que possui seu valor por aquilo que produz. Na verdade, um dos elementos que tem contribuído para a depressão recorrente é a perda do sentido identitário de policial, pois a polícia abriu-lhe caminhos para a vida. Em sua família originária, ela era respeitada por ter tomado decisões importantes, como: estudar, sair de casa, trabalhar e tornar-se policial, autoridade entre seus irmãos, filhos e maridos.

4) A família, aspecto significativo que compõe a configuração subjetiva atual de ABL, tem sido ponto importante gerador de conflitos, bem como de produção de sentidos subjetivos que envolvem sentimentos contraditórios. Ao mesmo tempo em que a admiram, também a taxam de pessoa moralmente reprovável, e no caso dos filhos, de encrenqueira. Em relação a estes últimos podemos observar um aspecto interessante: controle sobre as vidas deles, o que tem gerando discussões e agressões físicas e verbais entre eles.

Assim, a configuração subjetiva das relações familiares que apresentamos procura entender a organização subjetiva da pessoa em seu caráter, processual, singular e contraditório, como foi observado no caso ABL. A configuração subjetiva da aposentadoria policial rompe com a idéia de entidades bem delineadas sobre o fenômeno estudado, pois as configurações subjetivas se organizam no curso de suas experiências atuais e históricas e os sentidos subjetivos que surgem em suas atividades e relações atuais são centrais na organização das configurações subjetivas. Assim, as configurações familiares estão entrelaçadas com as configurações identitárias e assim sucessivamente em outras configurações.

5) Em relação à configuração subjetiva do policial nota-se que está impregnada por representações da subjetividade social da instituição policial, que está alicerçada no poder, na força e em outros atributos vinculados ao gênero masculino e a atividade policial. No caso ABL, o que notamos é que ser policial representa a condição de exercer uma atividade que gera sentimentos de utilidade pública, bem como a satisfação pessoal por ser uma autoridade. Apesar de existirem problemas na ordem de classificação hierárquica e discriminações diversas, a

atividade policial é produtora de sentidos subjetivos de pertencimento a uma classe que, de certa forma, exerce poder sobre as pessoas e produz uma sensação de autoridade, respeito e reconhecimento social. Quando da aposentadoria, principalmente nas condições que ocorreram para ABL, a produção de sentido é voltado, para uma perda identitária que reflete desamparo vivencial. Ademais da perda da condição de sujeito de sua própria vida, deriva a inércia para tratamento devido suas doenças.

6) A partir do caso ABL, percebe-se a influência das concepções médicas na subjetividade social, baseada fortemente na medicalização dos processos terapêuticos. Além disso, as relações de trabalho também são influenciadas pela lógica biomédica, onde o trabalhador policial é categorizado, rotulado, dentro de protocolos previamente estabelecidos, em que o servidor é, ou não, considerado saudável para o exercício de suas funções, e mais, é ou não, considerado doente permanentemente e passível de receber seus proventos de maneira integral ou não. Essa lógica é desumana e pouco analítica, pois não permite alternativas para o indivíduo, dentro da própria instituição, as quais possibilitem novas produções subjetivas e operacionais.

Caso GJA

GJA tem 50 anos, casado e tem 3 filhos. Reside atualmente em Vicente Pires - DF e trabalhou na PCDF por 29 anos e 6 meses como Agente de Polícia. Não tem nenhuma doença diagnosticada, a não ser duas cirurgias nos joelhos. Além de Agente de Polícia aposentado é também agropecuarista. Nas sessões de conversações, tanto individual como em grupo, se mostrou solícito, sociável, expressivo e sempre responsivo aos questionamentos.

GJA é um homem de 50 anos de idade, como fora dito anteriormente. Aparentemente saudável, ele pratica esportes (natação, musculação e voleibol) regularmente, não faz uso de nenhuma medicação de uso contínuo e se alimenta de maneira saudável. Por essa razão iniciei as conversações individuais perguntando o que significa aposentadoria para ele? Essa pergunta torna-se importante, pois nos dará condições de compreender as configurações subjetivas da aposentadoria policial:

Antes, muito tempo eu imaginava que a aposentadoria estava relacionada à velhice. Para mim o policial, o policial não, todas as pessoas, quando dizem

Programa de pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia

que iam aposentar era sinônimo de estar velho. Hoje eu não penso assim, hoje com quase 6 meses de aposentado, eu acho que aposentadoria é uma outra fase da nossa vida. Eu aposentei por que quis, cumpri o meu tempo, eu me aposentei graças a Deus. Não foi por causa de problemas de saúde, foi por tempo de serviço, foram 29 anos e 6 meses de serviço. Então eu aposentei porque quis e sentia necessidade de dar mais atenção à família, eu me aposentei com certa juventude, sabe?, com força física sabe?. Para mim aposentadoria hoje é outra fase que você ainda tem força para trabalhar, estou trabalhando, pretendo trabalhar mais ainda. Então é uma coisa boa, está sendo uma coisa boa, a aposentadoria é realmente um prêmio para quem trabalha, pra mim foi um prêmio.

Os aspectos da subjetividade social servem como elementos fundamentais para compreensão da subjetivação dos indivíduos. No caso de GJA, se percebe que a construção social a respeito da aposentadoria está vinculada a uma visão limitadora, cujo referencial é a idade, vinculada à improdutividade e à inutilidade. No entanto, da experiência vivencial de GJA emergem sentidos diferentes a respeito da aposentadoria. Ele disse que se sente jovem e forte tendo condições para o trabalho. Isso se torna importante, pois revela uma realidade da condição social dos policiais civis do Distrito Federal, que podem se aposentar em idade produtiva e desempenhar outra atividade, ou permanecer na profissão. Revela ainda um posicionamento diferente diante da aposentadoria e de uma *pseudo* velhice precoce. Em outras palavras, GJA produz um sentido subjetivo diferenciado sobre a aposentadoria.

Eu só achava estranho quando alguém me perguntava se eu estava aposentado. Eu, por diversas vezes engolia e desconversava. Você ainda fica por algum tempo dizendo que está de licença, enrola um pouquinho para falar que está aposentado, mas isso eu acho ainda normal. ENTREVISTADOR: Você acha que falava isso por quê? GJA – Nem sei por que, talvez, eu nem sei, é tão estranho você falar que você está aposentado, porque falar que está aposentado parece que você é um inútil, não faz nada, é como se as pessoas dissessem que então não faz mais nada.

A questão da aposentadoria para GJA é significativa, pois alimenta uma ideia de produtividade que é importante em sua configuração subjetiva atual. O que nos parece, no primeiro momento, é que a atividade produtiva como policial está associada a sentimentos de dever e de obrigação. Então, o trabalho assume o caráter de objeto do dever e não um elemento que evoca sentimentos prazerosos. Essa observação pode ser revista quando, em conversas informais, GJA menciona que a atividade agropecuária, a qual se dedica, serve como esteio financeiro para a manutenção, principalmente, dos estudos de seus filhos. Assim, a atividade de

trabalho agropecuário assume também um papel de auxílio financeiro para algumas de suas despesas e, conseqüentemente, é uma necessidade ou dever.

Outro elemento importante é a sua imagem pessoal associada ao serviço policial. Esse elemento aponta para a relevância do trabalho policial, no sentido de expor elementos sociais que enaltecem a autoridade investida nesse serviço, e como isso é importante na valorização pessoal do servidor.

...eu queria muito poder, a gente quer muito poder, a gente tem uma carteira de policial, você tem uma arma isso era muito bom e quando eu entrei na polícia ela tinha muita moral, dava muita moral para a polícia...

Nota-se com essa expressão o valor simbólico da arma e de sua condição como policial diante do outro. O sentimento de poder é uma expressão importante para o servidor da PCDF. Os objetos representados por GJA identificam o poder como algo aceito socialmente e revelam uma faceta da representação de GJA como policial civil, pois ele faz parte de sua identidade pessoal no mundo. O indicador de sentido subjetivo está associados ao ter poder, ser respeitado, ter autoridade são sentidos subjetivos e que evidenciam a procura por uma posição social de autoridade na configuração subjetiva como policial.

Quanto à identidade, Ciampa (1987), a descreve como uma metamorfose, um processo de constituição do eu, que promove constantes mudanças pelas condições sociais e de vida que o indivíduo está inserido. González Rey (2003) a compreende como um sistema de sentidos que se articula a partir das configurações subjetivas, que envolve a história de vida de um sujeito concreto e nas condições dentro das quais ele atua neste momento. Isso significa que, quando o sujeito confronta o histórico e o atual, surgem situações em que se apresenta a necessidade da pessoa se reconhecer a si mesmo dentro da situação, de demarcar seu espaço. É nesse momento então que se apresenta sua identidade.

Hoje, falando por mim, eu não deixo, não consigo apartar da minha arma, não consigo ver uma coisa errada e não comentar. ENTREVISTADOR: Você já presenciou algum problema na rua e teve que ligar pelo menos para polícia? GJA – Já fiz isso, eu atuei e liguei. Então eu acho que o policial não deixa de ser, ele abaixa a bola dele, mas não deixa de ser, ele diminui muito aquele ímpeto de agir, de atuar...

Tratando ainda a respeito da construção da identidade, GJA retrata a condição de muitos policiais que constroem subjetivamente sua profissão para além de uma atividade qualquer. Ela é vista como uma condição que não pode ser

deixada de lado, apesar de perceber que não atua mais na polícia. Isso revela o caráter dinâmico da subjetividade em GJA que, na confrontação dos aspectos históricos e atuais, representa a identidade policial como geradora de sentidos subjetivos importantes para sua identidade pessoal. O caráter da autoridade policial destacado pelo uso da arma também mostra a dificuldade do servidor policial em deixar aquilo que revela sua configuração identitária. Ele relata, em conversas informais, que ainda hoje não consegue ver uma ocorrência em andamento na rua e não agir. Isso demonstra o quanto a atividade policial está arraigada em sua subjetividade.

Na entrevista GJA fala sobre um dos problemas de sua aposentadoria:

...para mim eu acho administrar esse problema e a causa, razão de estresse e depressão. Por que você estando bem em sua casa, as pessoas te aceitando bem, dando força para isso, e eu acho que é uma obrigação dos familiares dar essa força, por que você não é um inútil...

GJA relaciona a aposentadoria à inutilidade revelando que leva em consideração aspectos da representação social a respeito do fenômeno. Aposentar-se, é sinônimo de inatividade e velhice. Além disso, temos a emersão de um elemento gerador de tensão na configuração subjetiva da aposentadoria que são as relações familiares.

Os valores pessoais de GJA em relação aos familiares, parecem ter sido construídos dentro de uma configuração familiar mobilizada pelo respeito, unidade, cobrança e centralização da figura da matriarca. Isso fica melhor exposto quando ele responde a indagação “o que você levou para polícia?”

Eu levei para a polícia, eu me lembro que na época assim eu sempre fui um cara muito amigo, muito interiorano, eu levei muita coisa do interior para a polícia. (Foto) Para esses meu amigos, principalmente para os amigos mais próximos, eles me acompanharam muito para as viagens para o interior ficávamos lá 6 a 10 dias e quando voltávamos eles traziam comigo inclusive as gírias de lá, e viram a amizade que eu tenho com os meus irmãos, com minha família, impressionante, a união que nós temos e a união em torno da minha mãe. Muitas dessas fotos (amigos) sabem inclusive o nome da minha mãe e perguntam e aí como vai a dona T, aquela mulher é gente boa demais. Ela tem o comando, então isso foi o que eu levei para a polícia. Tem colegas meus que atestam isso dizendo que queriam ter a amizade que eu tenho com meus irmãos.

No trecho percebemos a ligação estreita e carregada de afetividade com os irmãos (viram a amizade que tenho com os meus irmãos) e com a mãe (aquela mulher é gente boa demais). Essas frases são indicadores de um vínculo forte com a

sua família de origem. No entanto, isso pode ser uma barreira para os vínculos com sua família atual.

No complemento de frases ele novamente subjetiva a questão familiar como base de sua vida:

Gostaria: De ajudar familiares e alguns amigos com situação financeira ruim.
Eu prefiro: Ser pobre com família estruturada do que rico sem identidade familiar.
Tempo mais feliz: Quando estou com meus familiares
Meu futuro: Viverei ao lado de meus filhos e de minha família até a vontade de Deus.

GJA refere-se à família e agora destaca a questão da união familiar, mas informa algo importante sobre o controle materno nas relações familiares. Isso aponta para uma vida familiar muito centrada no controle, na autoridade e no respeito, ou seja, no dever. Observamos que suas referências são sempre dele ajudar ou apoiar, não dele desfrutar com o outro. Não aparece em seus relatos um só exemplo de alguma atividade prazerosa em família ou com amigos ou de algum outro tipo que implique relações sociais saudáveis e prazerosas. Nesses trechos temos o indicador de uma pessoa que age em razão do dever.

Em outro trecho, ele subjetiva o ideário voltado para o cumprimento do dever e da construção de relacionamentos pautados nas normas e deveres.

...eu construí muita credibilidade, eu vejo que isso eu construí. Na minha cidade as pessoas que sabem que eu sou policial me respeitam muito, aqui também, a maneira como conduzi a minha vida na polícia, tanto é que amigos meus me procuram para resolver problemas familiares, uns dão trabalho demais, já teve ocasião de mulher de amigo meu me ligar dizendo que fulano saiu e está bêbedo, está armado, no boteco tal, me ajuda, isso de madrugada. Aí saía eu de casa e ficava com o cara e tal e levava ele para casa. Isso tudo é confiança, credibilidade que as pessoas tem por mim e é bom e eu gosto disso, isso dá trabalho isso pesa, mas é bom, nada que não exija um certo sacrifício seu...

Notamos, novamente, indicadores que nos levam à hipótese de que o sujeito volta-se para a construção de uma imagem pessoal centrada nele mesmo, juntamente com um baixo envolvimento afetivo nas relações sociais. Isso nos remete ao caráter reiterador do dever e das normas na sua vida. Aliado a isso, observamos elementos contraditórios na configuração subjetiva atual de GJA. Percebe-se que a família e os amigos são muito significativos para sua atuação no mundo, mas ao mesmo tempo essas relações têm gerado sentidos subjetivos diversos com conotações de sofrimento e de contradições vivenciais importantes. Essa assertiva pode ser mais bem analisada quando observamos os indutores:

Frequentemente sinto: Saudade da vida de solteiro.

O passado: Foi bom demais.

As expressões anteriores nos fazem pensar como a vida relacional de GJA está passando por uma reavaliação importante ou revelando um momento especial nas relações mais próximas.

...sentia que eu estava muito, muito irritado com a esposa, e foi a partir daí que eu comecei a conversar com ela...

Percebemos, nesse trecho, a esposa aparecendo de maneira secundária na fala de GJA, sendo que a motivação para a conversa veio depois de um período de irritação com ela. Isso aponta dificuldades no relacionamento conjugal, como se percebe também na complementação de frases:

O casamento: O medo que se transformou em felicidade e prazer.

Meu futuro: Viverei ao lado de meus filhos e de minha família até a vontade de Deus.

Eu secretamente: Lembro das aventuras de quando era jovem.

Eu amo: Meus filhos e minha família
--

Nota-se, diretamente nas expressões que GJA não menciona a sua esposa nem mesmo quando tem a oportunidade de dizer que a ama. Parece-nos que existe uma dificuldade conjugal e familiar, principalmente quando observamos outros trechos em que ele menciona que um dos problemas da aposentadoria é a desvalorização ou inutilidade do sujeito no seio familiar. Nesse caso, o servidor tem gerado sentidos subjetivos em relação à aposentadoria, que tem em sua base um conflito familiar:

...é você administrar com você mesmo, dentro de sua casa, é você não se sentir inútil, achar que sua esposa, filhos, mãe, irmãos, seus parentes te vejam como um inútil...

Nesse trecho, percebemos que ele fala diretamente como quem precisa lutar para não se sentir inútil, sendo que a primeira referência é a companheira. Quando voltamos aos relatos anteriores, vemos que GJA, pouco ou quase nunca, fala de sua esposa. Essa convergência de indicadores diversos em relação a sua família atual nos permite a hipótese da existência de conflitos com a família por ele constituída.

Programa de pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia

...se a esposa tá falando alguma coisa, ou colega tá falando alguma coisa, achar que aquilo está te atingindo como você não faz nada porque está aposentado, então isso não é fácil, nem todo mundo tem condições de fazer isso, de ter esse discernimento, de dividir essas coisas, porque se alguém faz uma piadinha pra você uns respondem com outra piada, outros é com tiro ou com a mão na cara.

Podemos notar aqui nessas expressões um indicador do peso que a aposentadoria tem nessa configuração subjetiva do conflito com a esposa, de como ele se sente fragilizado frente a essa nova condição de vida.

Assim, o conflito com a esposa e com colegas de trabalho revela-se na produção de sentidos subjetivos em que a aposentadoria esta presente, nas configurações subjetivas mais relevantes de seu momento de vida atual. Inferioridade, quebra de identidade, sentimento de ser desrespeitado fazem parte importante deste momento de sua vida, e são estados presentes no conflito atual com a esposa. GJA tem dificuldade de lidar com a inutilidade, pois estas, subjetivamente tem produzido sentidos subjetivos diferenciados baseados em sua maneira legalista e cumpridora de regras e deveres. Essa dificuldade tem mantido conflitos, gerado muita tensão dentro de casa e fora dela, manifestando-se por meio de agressões verbais e/ou físicas.

Em outro momento das conversações ele disse:

...então, esse tempo que eu passei na Policlínica, eu tive essa experiência e isso me serviu muito para eu poder me preparar sabe, para ter muito cuidado com isso, então os primeiros dias de aposentadoria não foram ruins, não tive um abalo muito grande, porque eu vinha me preparando. Eu só achava estranho quando alguém me perguntava se eu estava aposentado, eu por diversas vezes engoli, desconversava, você ainda fica por algum tempo ainda dizendo que está de licença.

Outro elemento importante, no que diz respeito à tensão gerada pela condição de aposentado, como mencionado anteriormente, é a produção subjetiva relacionada à identidade policial e pessoal, pois ser policial é central em sua identidade como pessoa vinculada a características da subjetividade social da PCDF. GJA tenta resgatar a autoridade policial perdida, de certa forma, por meio de atuações contra crimes que podem ocorrer. Sua presença tem gerado uma produção de sentidos subjetivos diversos que definem a sua inferioridade, a falta de reconhecimento social em um nível tal que, como expressou acima, chega a ocultar o fato de que estava aposentado.

Isso levanta uma hipótese sobre a configuração subjetiva da aposentadoria no caso de GJA, pois, aparentemente, ele diz estar bem e que se preparou para a

aposentadoria. No entanto, percebe-se a existência de uma contradição pessoal. O processo da aposentadoria tem produzido sentidos subjetivos geradores de tensões em suas relações mais próximas. Ainda falando sobre as relações ele disse:

...para mim funcionou muito bem, o que passa na polícia é da polícia você infelizmente tem que administrar isso aí, você tem que ser praticamente duas pessoas, na delegacia e na rua. Você é uma pessoa e no dia seguinte você é um profissional e aí você chega em casa e você tem que ser o filho, aquele filho que você sempre foi ou aquele marido, aquele pai que você sempre foi. Não pode misturar as coisas, não levar problema para dentro de casa, eu nunca levei, minha mãe nunca soube de nada...

Podemos observar, nessas expressões, o nível de superficialidade das relações de GJA, o caráter central da mãe, e, ao mesmo tempo, a parceira e os filhos embora em papel secundário com relação à sua genitora. Isso aponta para uma expressão de conflito ou fonte de conflito importante. Essa afirmativa é congruente com a ideia de dificuldades de relacionamentos pessoais, principalmente com sua esposa.

...eu nunca envolvi minha família nisso, coisas que aconteceram 20 ou 25 anos atrás meus irmãos homens ficaram sabendo agora. As vezes a gente comenta na fazenda, eu já fiz isso, e os irmãos dizem você já fez isso?...Comigo funcionou muito bem, isso não foi forçado, porque eu sou assim, eu não sou de falar muito sobre minha vida, sou muito reservado...

Aqui aparece novamente outro indicador e dificuldade para se relacionar. O que se sabe é que não existe relação sem comunicação, ou seja, isso aparece como indicador de sua dificuldade de relacionamento interpessoal. Precisa ficar claro que o indicador nesse trecho não foi destacado diretamente na fala, mas devido ao conjunto hipotético das dificuldades de relacionamento de GJA ao longo da pesquisa.

Seguindo a análise do caso de GJA, percebe-se que ele se coloca também de maneira ativa diante de fatos ruins que ocorrem em sua vida. Em seu compartilhamento, revela um problema social existente no corpo policial, sendo que ele se manteve distante dos comportamentos ruins. Isso aponta para um posicionamento moral que tende ao afastamento de pessoas que agiam de maneira abusiva:

...eu fui muito feliz na minha vida policial, sou muito grato a Deus sabe?, por me manter vivo, por me manter com saúde e por não ter deixado com que eu me envolvesse com coisas ruins na polícia...

Antes de iniciar a sua resposta, GJA retrata algo importante para os policiais que entraram no final do regime militar, que era a questão dos excessos e abusos

cometidos pela grande maioria dos policiais conhecidos como “antigões”. Nessa primeira expressão aponta para um aspecto interessante que reporta à preocupação de muitos agentes e de GJA: a honestidade e a moderação, principalmente, num momento histórico em que isso não ocorria, pois a representação social e a profissional daqueles policiais era associada à violência. Essa preocupação aponta para condições sociais importantes que revelavam certa tensão no exercício profissional, bem como nas relações sociais dentro da PCDF. Percebe-se isso na citação do servidor:

...é um emprego normal, mas com a peculiaridade de ser um policial que vai defender a causa popular. Então quando eu entrei logo, logo eu me adaptei, eu entrei e fui para um grupamento de operações especiais, só tinha “antigão”, aprendi muito com esses caras, dei sorte de conhecer somente “antigão” bom, tinham muitos que não eram aquela beleza, naquela época em 1983 ainda era o regime militar. Então havia muito abuso porque a polícia tinha muita moral, que não tem hoje, e é lógico que tinha alguns excessos por parte dos policiais, e eu soube mesmo com pouca idade 19 anos, diferenciar isso. Quando você vai para uma operação com os “antigões” você vai com certo medo, os caras tudo tarimbado, tudo macaco velho, você fica meio receoso, mas tive muita sorte, muita sorte mesmo. Já participei de tudo, de tudo mesmo, de tiroteio, tudo que um policial dentro da policia podia fazer eu já participei...

Ele continua falando sobre os problemas da subjetividade social da época, que remontam a questões de cunho moral e histórico, como o uso da força policial, que é congruente com indicador que revela seu distanciamento de ações abusivas cometidas pelos policiais daquela época. Isso indica uma produção subjetiva em que GJA se posicionava de maneira diferenciada de outros policiais em circunstâncias que envolviam abuso de autoridade e violências diversas, revelando, nesse momento, sua condição de sujeito.

Ele menciona que tinha medo e receio de trabalhar com aquelas pessoas, no entanto, nunca deixou de trabalhar com eles; pelo contrário, trabalhou e presenciou muitas situações difíceis como tiroteios. O receio e o medo dos comportamentos de seus colegas não foram impeditivos para agir no mundo de maneira diferente deles, o que revela uma característica ativa que está totalmente relacionada aos seus valores morais rígidos e que naturalmente tem integrando sua configuração identitária.

Colaborando com a característica de personalidade, bem como com a necessidade de reconhecimento social GJA produziu um relato e os seguintes complementos de frases:

Programa de pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia

...nunca bebi na minha vida, não sei o gosto de bebida, nunca fumei, sempre fui esportista, sempre joguei bola, sempre pratiquei artes marciais, fiz judô, capoeira, defesa pessoal, caratê e faço isso até hoje. Já pratiquei vôlei e natação, hoje eu tenho jogado vôlei uma vez por semana, faço caminhada todos os dias e faço musculação todos os dias, jogo bola quando vou a AGEPOL, não posso jogar muito porque já fiz cirurgia nos dois joelhos, já disputei campeonatos pela polícia, mas hoje eu não jogo, já fui boleiro mesmo...

Considero que posso: realizar sonhos.
--

Minha principal ambição: Comprar mais fazendas.
--

Em outro trecho da entrevista, GJA identifica como projeto de vida a ampliação de sua fazenda, criar e vender gado de corte. Percebe-se que ele investe constantemente em sua vida profissional ampliando, dessa forma, o espectro de situações e oportunidades, enfatizando assim seu caráter ativo e de reconhecimento social. Diante da aposentadoria, GJA, procurou expor que estava trabalhando, que buscava alternativas para aumentar sua renda familiar. Isso implicou que, juntamente com atividade policial, ele possivelmente realizou trabalhos que produzissem essa fonte de renda adicional.

A aposentadoria é um momento significativo para o policial, pois possibilita uma produção subjetiva diferenciada diante de uma nova condição vivencial. Isso não significa que a aposentadoria não tenha gerado tensões em outras áreas de sua vida como discutimos anteriormente. Somente revela que o processo de construção da configuração subjetiva da aposentadoria é dinâmico. O trabalho fora da polícia assume papel fundamental, inclusive, para reduzir as tensões geradas pela aposentadoria policial, ou seja, GJA encontrou novas alternativas de vida, bem como sentidos subjetivos que estão relacionados à utilidade como sujeito de si.

...nos últimos 3 anos, comecei a observar essas pessoas e a conversar com um e outro, conversar com os psicólogos e eles diziam que a gente precisa fazer alguma coisa e nessas conversas de corredor comecei a tirar aquilo para mim, eu não queria que ninguém conduzisse a minha vida, mas eu também queria ir pelo caminho correto, às vezes utilizando a experiência técnica dos psicólogos e a minha experiência de vida...Não me sinto como um cara a toa, eu tenho ficado mais em casa, minha casa é uma casa grande, graças a Deus, e tenho muito o que fazer nela, tenho muito serviço, quando eu não estou em casa, estou na rua porque tenho que fazer muito coisa fora de casa e a fazenda me ocupa um pouco, eu to em casa, to podando as plantas, to no canil, to aparando a grama, to arrumando um torneira, quebrando um piso, e, e, e, arrumando um vazamento, e isso me dá prazer, eu gosto de fazer isso, isso não me incomoda, pelo contrário me dá prazer....

GJA é uma pessoa que viveu intensamente a polícia, mas não ficou restrita a ela; pelo contrário, mesmo experimentando toda rotina policial, manteve e mantém

um posicionamento moral próprio perante o trabalho policial e a sua aposentadoria. Como pode ser observado, ele está sempre à procura de algo por fazer, sempre inquieto, quando não está fazendo algo em casa, na fazenda, ele tenta se ocupar de alguma maneira.

Me é proposto: Trabalho de vendedor.

No entanto, nos parece surgir uma contradição importante em sua fala quando relaciona trabalho e prazer. O que se nota constantemente por trás de suas expressões é o elemento do “dever” como indicador de uma vivência funcional inflexível e pautada pela obrigatoriedade.

GJA vincula sua capacidade produtiva ao sentido subjetivo dever. Mas nas conversações e nos complementos de frases, essa produção também é notada no baixo envolvimento afetivo com seus familiares. Isso aponta momentaneamente para um indicador de que os relacionamentos sociais vivenciados por GJA estão na ordem da utilidade, ou seja, as pessoas se tornam, em certa medida, objetos das relações.

González Rey (2011) expõe que as configurações subjetivas rompem com a ideia de entidade definida, ou seja, os sentidos subjetivos que emergem em suas atividades e relações atuais são centrais na organização das configurações. Isso significa que os sentidos subjetivos produzidos numa área da vida surgem de forma ativa em outra, convergindo entre si. Assim, o dever e a utilidade não estão restritos ao trabalho, mas também nas suas relações pessoais. Nas conversações, ele geralmente associa suas ações para uma melhor condição social dele mesmo e de seus familiares. Porém, não destaca uma experiência personalizada profunda em relação a sua família. O que é congruente com a subjetivação de uma imagem seguidora de normas e regras.

...às vezes sou taxado dentro da família como o mais durão, o mais careta, mesmo sendo o mais novo deles, eu sei que eles me dão esses títulos. Tem irmãos mais velhos que são mais liberais do que eu, eu gosto muito da coisa correta, cobro muito dos meus filhos e isso me leva a um certo sofrimento. ENTREVISTADOR: Que tipo de sofrimento? GJA – Às vezes você...algum tempo eu já percebi a diferença das pessoas, você não consegue mudar as pessoas, é muito difícil, eu era e sou muito ligado a minha família, então quando eu vejo alguém da família, por exemplo: um irmão que bebe em excesso, um sobrinho que a adolescência dura mais do que os outros e começa a dar trabalho para mãe, sabe?, porque adolescente conversa com você meia hora e não fala nada, minhas irmãs levam os problemas dos filhos para mim, não apenas elas mas os irmãos

Programa de pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia

também, problemas de irmão com irmão, irmão com filho sabe?, esposa até que não. Então você acaba criando um padrão, você até queria não se adequar ao padrão daquele jeito que você é e que as pessoas te conheceram, as vezes eu queria ser mais porra louca e tal...

Na descrição anterior GJA enfatiza a relação objetal quando ao falar dos filhos diz que “cobra muito dos filhos” gerando inclusive sofrimentos devido ao estabelecimento de um “padrão” denominado por ele de “durão”. Essa característica está entrelaçada com sua experiência policial, pois o ambiente policial exige também esse modo de viver.

Nos compartilhamentos em grupo, GJA expôs uma condição que retrata como os relacionamentos familiares eram superficiais e restritivos. Ele volta a mostrar a superficialidade quando diz que resolvia os problemas dos filhos, das irmãs e entre os seus irmãos; mas problemas relacionados às suas esposas ele não menciona. Ele aprofunda as questões familiares comentando que nunca conversou com os familiares sobre sua condição de trabalho, e o que ocorria com ele nas operações das quais participava.

Em outros momentos das conversações, GJA se autodenomina uma pessoa “que se cobra muito”. Esta característica de personalidade, que não se manifesta de maneira estática, pois as emoções e construções do sujeito surgem nos momentos diferentes de sua experiência, está associada à produção de sentidos diversos em que “o cobrar-se muito” toma conotações diferentes.

...então quando eu tirava o plantão, eu nunca gostei de dormir, eu nunca gostei de dormir durante o dia, eu preferia dormir a noite e dormia mais cedo, eu me cobrava muito, eu não admitia alguém chegar na minha casa durante o dia e perguntar por mim e eu estar dormindo, aquilo me matava, parecia que eu era à toa. Isso eu não dei conta de tirar até hoje. Você vê meus colegas todos dormiam e era o dia todo, mas eu nunca consegui fazer isso.

Não posso: deixar de trabalhar

Essa fala e a expressão do complemento de frases nos faz pensar em situações em que GJA vivenciou muita cobrança pelo seu rendimento pessoal, e que podem ter proporcionado a produção de sentidos diversos, envolvendo, inclusive, outros segmentos de sua vida, como as relações interpessoais.

Sofro: quando me julgam mal.

Luto: para não estar passando nos lugares, ou seja, não ser chato, sobrando.

As pessoas: são juízes de nossas vidas.
--

GJA está extremamente centrado nas normas, no cumprimento de regras sociais, e procura de reconhecimento social. Um comportamento que pode estar relacionado com insegurança pessoal.

González Rey (2004^a) definiu essas características dominantes na pessoa como níveis funcionais da personalidade. Esses são indicadores associados ao modo como um conteúdo concreto da personalidade se expressa. O autor destaca alguns indicadores funcionais como: Rigidez-Flexibilidade, Estruturação Temporal, Capacidade de Estruturar o Campo de Ação, entre outros. Parece-nos que GJA funciona num nível pouco reflexivo e inflexível e se posiciona como se o bem material fosse algo substancializado que está em suas mãos. Os indivíduos que se expressam no nível menos reflexivo denominado por normas, valores e estereótipos estão mais propensos a definir seu comportamento por fatores externos.

Para Gonzalez Rey (2004a), os níveis funcionais da personalidade representam um momento de conceitualização mais sistêmico e complexo, isto é, não se esgotam apenas na natureza psicológica da personalidade, nem nos seus próprios mecanismos e funções reguladoras. Assim, essa concepção afasta-se da padronização e das invariantes universais na compreensão da personalidade.

É importante salientar que os níveis de regulação indicam um conjunto de recursos distintos da personalidade, revelando diferenças qualitativas na maneira da pessoa assumir suas funções reguladoras, não podendo tornar absoluto o caráter mais efetivo deles, já que sua eficácia está relacionada ao tipo de situação enfrentada pelo indivíduo, assim como às próprias características da mediatização do indivíduo em cada momento histórico-concreto de seu acontecer individual.

Assim, as expressões de rigidez-inflexibilidade apontam para uma tendência voltada para uma espécie de controle social fortemente demarcador e que, de certa forma, tem proporcionado uma geração de sentidos subjetivos e ações no mundo por parte de GJA, os quais apontam para a sua incapacidade de desfrutar as relações interpessoais.

Ainda falando sobre a cobrança pessoal, podemos notar que essa produção subjetiva é congruente com a ideia de cumprimento do dever. No entanto, essa mesma característica de cobrança pessoal e social, assume contornos essenciais quando se fala de sua história profissional onde foi necessário manter uma postura correta diante de determinados colegas que não agiam de tal forma.

Programa de pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia

...sou muito grato a Deus sabe, por me manter vivo, por me manter com saúde e por não ter deixado com que eu me envolvesse com coisas ruins...

...o grupamento de operações especiais, só tinha antigão, aprendi muito com esse caras, dei sorte de conhecer somente antigão bom, tinham muitos que não eram aquela beleza, naquela época em 1983 ainda era o regime militar, então havia muito abuso...

Dessa forma, podemos perceber o caráter dinâmico da subjetividade de GJA, pois uma produção subjetiva como “me cobro muito” pode assumir contornos diversos. Isso ocorre porque a compreensão da configuração subjetiva nos permite entender as tramas vivenciais e os processos simbólico-emocionais que não emergem de maneira idêntica nas diversas circunstâncias da vida de GJA. Por meio dessas variadas expressões no curso da existência é que se pode produzir sentidos subjetivos diversos, como relatado pelo servidor:

...Tive problemas onde eu estava trabalhando, com os colegas, que acabaram fazendo besteira e foram presos, eram colegas de trabalho, alguns da minha equipe. Então aquilo me deixou muito mal, me jogou para baixo. Eu acho que não tive tanta decepção na polícia como tive nesta vez. Muito serviço, muito trabalho, muito tenso. Isso me deixou chateado e com vontade de sair da polícia, com vontade de aposentar, faltava 2 anos 1 ano e pouco, quando isso aconteceu, mas eu já vinha sentindo o peso do estresse aos 3 anos, já sentia dores, já não aguentava trocar plantão, sentia que eu cansava muito, muito irritado com a esposa...

...então você acaba criando um padrão, você até queria não se adequar ao padrão daquele jeito que você é e que as pessoas te conheceram. Às vezes eu queria ser mais porra louca e tal, mas como eu tenho irmão que não liga para porra nenhuma, eu já sou mais durão...

Eu: Tento ser correto

Me esforço diariamente: Para ser correto.
--

Dentro dessa mesma perspectiva normativa do cobrar-se muito, nota-se, nas expressões mencionadas por GJA, a demonstração de um caráter contraditório em suas falas.

González Rey (2011) entende que o posicionamento atual da pessoa pode ser uma unidade de diversos sentidos subjetivos que se expressam de maneiras diversas e contraditórias nas falas e comportamentos dele. Ao mesmo tempo em que GJA indica uma característica pessoal de ser muito correto, de ser durão - isso faz parte de sua configuração subjetiva atual - ele tem o desejo de não sê-lo por evidenciar um sofrimento pessoal que contribuiu para um estado emocional denominado por ele de estresse.

Para González Rey (2011) a ideia de configuração subjetiva nos permite compreender uma subjetividade em movimento, que, se tomada separadamente nos pode levar ao engano. Assim quando avaliamos as ações de GJA, logo percebemos a busca de um ser sujeito no mundo, gerando novas alternativas, preenchendo espaços e não se encapsulando em um mundo sem alternativas e vazias do “só sei fazer isso”. No entanto, o que se nota também, na experiência desse servidor, é uma subjetivação que dificulta a sua realização pessoal: um baixo envolvimento afetivo familiar, posto que o ser produtivo e útil está relacionado a uma construção fortemente delineada pela obrigação, pela regra e pelo dever.

Assim, o estudo das configurações subjetivas da aposentadoria policial torna-se importante para possíveis acompanhamentos psicológicos e para tomadas de decisões institucionais que promovam a saúde de servidores aposentados, pois aponta para alternativas nas relações, representando caminhos de produção de sentido subjetivos essenciais à mobilização do bem-estar dos integrantes dessa corporação.

A partir das construções realizadas no corpo desse trabalho, destacamos alguns elementos significativos:

1) A aposentadoria policial é um fenômeno compartilhado pelos trabalhadores, mas pode ser mais bem avaliado com o estudo das configurações subjetivas atuais de cada indivíduo. Esse estudo de caso nos traz reflexões sobre aspectos subjetivos na experiência de um policial aposentado pela PCDF. Faz-se necessário esclarecer que a aposentadoria objetivamente não define as configurações subjetivas, que são desenvolvidas pelo sujeito e que lhe fornecem formas diferenciadas de vivenciar e sentir subjetivamente essa experiência.

2) Partindo da conclusão anterior, a configuração subjetiva da aposentadoria compartilha elementos subjetivos de outras configurações que fazem parte recursivamente da experiência atual e histórica de GJA em diferentes esferas da vida. No caso de GJA, a aposentadoria tem gerado diversos sentimentos. Um deles é a sensação de inutilidade vivenciada diante de sua família e, principalmente, com sua esposa. No que diz respeito a sua relação conjugal, esta parece estar passando por um processo conflitivo e gerador de bastante tensão. A partir disso, podemos inferir que a configuração subjetiva da aposentadoria policial é perpassada por uma

produção de sentido subjetivo, que influencia diretamente as relações mais próximas do servidor.

A família é um aspecto significativo que compõe a configuração subjetiva atual de GJA, pois tem sido ponto importante gerador de conflitos, bem como de produção de sentidos subjetivos que envolvem sentimentos contraditórios. Como foi observado, GJA, apesar de comentar sobre a união familiar, o desejo de ajudá-los, o que se percebe é um baixo envolvimento afetivo entre eles, sendo que a mãe assume um papel de matriarca, e naturalmente, de controladora do núcleo familiar de origem de GJA. Dessa forma, a configuração subjetiva das relações familiares interage com configuração subjetiva de ser policial, de sua identidade e da aposentadoria como fenômenos de uma configuração atual do servidor, gerando, com isso, tensão em alguns momentos e uma produção de sentido subjetivo diferenciado.

A família e os amigos integram as configurações subjetivas e podem ser ocasião para produção de sentidos subjetivos diversos. No caso discutido, o servidor demarcou tensão nas relações familiares, bem como pouco aprofundamento das interações sociais com seus entes próximos e com os amigos. Geralmente suas relações sociais são regidas para manutenção de uma imagem de pessoa correta, rigorosa, honesta, porém lhe falta o caráter afetivo. Assim, a família e os amigos podem fazer parte de arranjos subjetivos que expressem desconforto e até sentimentos negativos devido à incapacidade de gerar outros sentidos subjetivos.

3) A questão identitária foi outro fator observado no caso de GJA, como também em ABL. No entanto, as configurações identitárias e a produção de sentido subjetivo desses dois policiais são diferentes, o que delinea o caráter singular da subjetividade dessas pessoas. Em ABL, sua identidade foi subtraída por uma condição do adoecimento, em que ela não teve controle sobre essa situação, o que gerou uma vivência de desamparo significativo. Dessa forma, a geração de sentido sobre a inutilidade de ABL em nenhum momento se parece com a questão da inutilidade destacada por GJA. Este, por sua vez, foi aposentado por tempo de serviço, em pleno exercício de suas atividades. A inutilidade de GJA volta-se para uma produção subjetiva baseada principalmente na subjetividade social, em que a aposentadoria é sinônimo de inutilidade e inatividade.

Em relação à configuração subjetiva do policial, nota-se que esta está impregnada por representações da subjetividade social da instituição policial, alicerçada no poder e na constituição de certa autoridade investida pelo Estado. GJA vivenciou esse poder e autoridade a ponto de continuar agindo, em certas circunstâncias, ainda como policial, mesmo que aposentado. Esta representação, de ser policial evidencia uma condição identitária forte, atrelada a uma produção de sentidos de utilidade pública e de satisfação pessoal. Quando da aposentadoria de GJA, observa-se a produção de sentido de que ser útil é uma necessidade que precisa ser satisfeita de outras maneiras, ainda que possa levar a conflitos e tensões.

O impacto dos fatores da subjetividade social na produção dos sentidos subjetivos dos servidores policiais é significativo, porque elementos, muitas vezes ocultos, ou não, da dinâmica organizacional aparecem no trato pessoal com outras pessoas e também retroalimentam a produção de sentidos a respeito de sua condição de inutilidade e inatividade.

4) Fator importante no estudo de GJA é o seu caráter pouco reflexivo, rígido, cumpridor de regras e de normas que têm produzido sentidos subjetivos diversos, inclusive, dificuldades de relacionamento. Esse mesmo caráter que traz em seu bojo sentimentos de dever têm pautado suas relações sociais e regem comportamentos que estão mais atrelados à obrigatoriedade do que ao prazer de se fazer algo.

Faz-se necessário destacar o caráter imprevisível do estudo da subjetividade. A compreensão da categoria sujeito abarca a atuação de cada indivíduo a partir do marco histórico, vivencial e cultural. Esses elementos fazem parte das produções subjetivas das pessoas. Isso significa que o caráter pouco reflexivo, inflexível e cumpridor de deveres e normas servem como elemento na produção de sentido subjetivo, o qual envolve questões históricas, culturais e emocionais, que influenciam a maneira de viver do sujeito nas relações com as pessoas e certamente dentro das instituições.

É possível pertencer uma instituição, vivenciar sua subjetividade social e produzir sentidos subjetivos diversos aos da maioria dos outros servidores. A canalização de toda essa produção subjetiva para fora dos limites institucionais, gera opções que representam produções subjetivas de desenvolvimento pessoal e de integração com os outros, demarcando um caráter ativo do sujeito.

5) Diferentemente do caso ABL, GJA procurou, desde seu tempo de policial, condições de vida para aumentar sua renda familiar e, naturalmente investir em outras áreas produtivas. Percebe-se a importância dessa atividade extra policial para o desenvolvimento pessoal de GJA, pois pôde envolvê-lo emocionalmente em diferentes situações de vida e relacionamentos, bem como em produções de sentidos subjetivos alternativos.

Além disso, a sua busca por outras modalidades de atividades pode estar associada a sua necessidade de reconhecimento social, fator esse discutido no corpo do trabalho.

8) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos estudados a partir da teoria da subjetividade evidenciam como a aposentadoria policial civil responde a configurações subjetivas muito distintas e que levam em consideração fatores simbólico-emocionais da pessoa e a multiplicidade de alternativas e conflitos em sua vida atual. Faz-se necessário esclarecer que a integração de todos aqueles elementos não ocorre como um resumo dos efeitos objetivos da existência humana, mas como uma produção subjetiva dessas experiências em configurações subjetivas diversas.

A configuração subjetiva da aposentadoria não é um fenômeno universal e que se expressa num conjunto de características normatizadoras e semelhantes entre os servidores da PCDF. Na verdade, não temos uma categoria estática (a aposentadoria) para aferirmos regularidades e, conseqüentemente, inferir condições de uma boa ou má condição para a aposentadoria. O que possuímos são configurações subjetivas vivas, em andamento, que tomam contornos diferentes e que podem expressar um grande mal-estar vivencial ou um caminho para novos rumos em sua experiência de vida. Assim, a configuração subjetiva tenta explicar processos e relações que ocorrem com o fenômeno da aposentadoria policial.

Os casos expostos tratam de modelos teóricos em desenvolvimento, que geram inteligibilidades sobre a aposentadoria policial. As configurações subjetivas dos policiais ABL e GJA apontam para elementos da subjetividade social, que surgem por meio de sentidos subjetivos diferentes em cada configuração subjetiva individual.

Os modelos teóricos elaborados em cada caso para explicar a configuração subjetiva da aposentadoria policial trazem em seu bojo a subjetividade dominante na instituição policial como a questão da autoridade policial, o poder, a subordinação, a hierarquia e a disciplina, bem como outros elementos como o senso comum das pessoas, ou seja, o que fica evidenciado é que a aposentadoria é um momento de inatividade, inutilidade e, naturalmente, da perda de valores pessoais como a investidura da autoridade como parte identitária desses trabalhadores. Esses fatores correspondem às condições de vida de uma policial civil do Distrito Federal, sendo que isso foi evidenciado no caso de GJA. Assim, a alteração das representações da

inutilidade, bem como a valorização excessiva da autoridade e do poder precisam ser priorizados pela instituição, para ensinar valores diferentes as esses servidores. Isso pode ser realizado por meio de programas educativos patrocinados e ministrados pela Academia de Polícia Civil do Distrito Federal – APC, em programas que valorizem a geração de novas expectativas, no intuito de promover condições favoráveis para uma aposentadoria em que a pessoa vislumbre outras possibilidades quando do término do serviço.

No caso de ABL, foi observada uma influência fortíssima do modelo biomédico na decisão de aposentá-la proporcionalmente devido aos problemas de saúde recorrentes. Junto a essa visão biomédica estão os conceitos de saúde e doença, que privilegiam necessariamente os sintomas e as causas imediatas. O que se percebe ainda por meio da lógica biomédica é a elaboração de códigos internacionais tipificadores de doenças, bem como protocolos que dizem quem pode ou quem não pode continuar trabalhando ou até mesmo vivendo. Parece-nos que a imposição de uma Junta Médica Oficial não vislumbrou outras possibilidades de adaptação dessa servidora em outra área da PCDF. Nota-se, dessa forma um desinteresse dos responsáveis técnicos pela pessoa e, naturalmente, pelos efeitos subjetivos ocasionados por essa decisão unilateral tomada pela instituição pericial, que se baseia em protocolos médicos e legislações que não veem as possibilidades subjetivas dos indivíduos.

A aposentadoria por problemas de saúde é uma condição que por seu impacto vivencial, proporciona uma produção de emoções e sentimentos que não mobilizam uma produção subjetiva que permita o avançar do sujeito, como foi visto no caso de ABL. O posicionamento pouco ativo de ABL em relação a seu adoecimento está relacionado com a organização de seus processos subjetivos individuais e sociais. Colocar-se como sujeito na doença, proporcionaria à ABL uma integração dos processos que envolvem saúde e doença a um sistema de sentidos subjetivos que facilitariam a sua experiência emocional sobre o adoecimento e a sua aposentadoria.

A proposta desse estudo aponta para uma relação institucional, que privilegia a articulação entre seus entes (chefes, médicos e servidores), no sentido de proporcionar recursos para mudanças em que as pessoas não sejam apenas objetos de nossos protocolos e normas legais, mas sujeitos vivos em que as

diferentes decisões podem apresentar alternativas de novos caminhos para integração de alternativas viáveis para a instituição e para os servidores. Porém, que essas alternativas privilegiem não apenas um ato terapêutico, normativo e protocolar, mas que crie uma condição de vida e de valorização do ser humano como pessoa rica em alternativas e passível de mudanças significativas.

As configurações subjetivas organizadas na experiência pessoal nos revelam uma dificuldade em definir essa categoria como um somatório de fatores de maneira fragmentada. Mas, nos fazem, refletir que as configurações subjetivas sobre a aposentadoria não são iguais, ainda que o fato de ser aposentado seja comum a diversos servidores, pois trazem consigo o registro da história individual, sua organização singular e sua produção de sentido subjetivo.

Por fim, o trabalho revela a existência de recursos e valores nos indivíduos estudados que poderiam indicar o desenvolvimento de novos elementos como a vontade e a capacidade de gerar novas alternativas de modo que os façam avançar e alcançar outra condição, a de sujeito, no processo de aposentadoria. Consideramos, portanto, que pensar sobre a aposentadoria policial civil no Distrito Federal nos conduz a uma produção teórica que possibilita a articulação de diferentes elementos sobre o fenômeno estudado. Isso nos fornece uma visão mais ampla dos aspectos sociais e individuais da aposentadoria policial civil.

9) REFERÊNCIAS

1. ALBORNOZ, Suzana. O que é trabalho, 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1997.
2. ALVARENGA, Líria Núbia; KIYAN, Luciana; BITENCOURT, Bianca; WANDERLEY, Kátia da Silva. Repercussões da Aposentadoria na Qualidade de vida do Idoso. Rev Esc Eferm USP, São Paulo, 43 (4), pp 796-802, 2009.
3. ALVES, Rubem. Sobre o Tempo e a eternidade. Campinas, SP: Papyrus: 1995.
4. ANCHIETA, Vânia Cristine Cavalcante; GALINKIN, Ana Lúcia; MENDES, Ana Magnólia Bezerra. Trabalho e Riscos de Adoecimento: Um Estudo entre Policiais Civis. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília, 27 (2), pp199-208, abr-jan, 2011.
5. ANCHIETA, Vânia Cristine Cavalcante. "Policial 24 horas": Um Estudo Sobre Representação Social da Violência e Identidade entre Policiais Civis do Distrito Federal. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade de Brasília, 2003.
6. _____. "Eu acho que você vai criando uma couraça" : abordagem psicodinâmica do sofrimento no trabalho e das defesas entre policiais civis de uma unidade da Polícia Civil no Brasil. Tese (doutorado)—Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia do Trabalho, 2011.
7. ANDRÉ, M.E.D.A. Estudo de caso em Pesquisa e avaliação educacional. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
8. _____. Estudo de Caso: Seu Potencial na Educação. Cad. Pesq., ((49):51-54, maio, 1984.
9. AZEVEDO, Raquel Pedreira da Cruz; CARVALHO, Ana Maria Almeida. O lugar da Família na Rede Social do Lazer após a Aposentadoria. Rev. Bras Crescimento Desenvolv Hum 2006; 16(3): 76-82.
10. BRETAS, M. L. Observações sobre a falência dos modelos policiais. Tempo Social. 09 (1), p. 79-94, 1997.
11. BELLI, Benoni. Violência Policial e Segurança Pública: democracia e continuidade autoritária no Brasil contemporâneo. Impulso, Piracicabana, 15 (37): 17-34, 2004.
12. BITTNER, Egon. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: Edusp, 2003.
13. BRIGDES, W. Um mundo sem empregos. São Paulo: Makron, 1995.

14. CALDAS, Célia Pereira. Memória, Trabalho e Velhice: um estudo das memórias de velhos trabalhadores. In: VERAS, Renato (org). Terceira idade desafios para o terceiro milênio. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Unati/Uerj, 1997.
15. CANCELLI, E. *O mundo da violência: a política da Era Vargas* (2a ed.) Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
16. CAPRA, F. O Ponto de Mutação. São Paulo: Cultrix, 1982.
17. CASTORIADIS, C.A. Para si e subjetividade. In: Pena, A; Pinheiro, E. de Nascimento. São Paulo: Garamond, 1999.
18. _____. A instituição imaginária da Sociedade. In: Renaud, Guy. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
19. CIAMPA, A. C. A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social. São Paulo, Brasiliense, 1987.
20. COELHO, M.T.A.D e ALMEIDA FILHO, N. Conceitos de saúde em discursos contemporâneos de referência científica. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, v.9 (2), pp.315-333, maio-ago, 2002.
21. DICIONÁRIO BRASILEIRO DE LÍNGUA PORTUGUESA, J.T., EDITORA GLOBO, 2011.
22. DEJOURS, Christophe. Entre o desespero e a esperança: como reencantar o trabalho? Revistacult. São Paulo, nº 139, pp. 49-53, set, 2009.
23. _____. Subjetividade, trabalho e ação. Revista produção, v.14, nº 3, pp. 027-034, Set/Dez, 2004.
24. DEMO, P. Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos. Campinas, SP: Papirus, 2001.
25. _____. Trabalho: Sentido da Vida! B. Téc. SENAC, Rio de Janeiro, v. 32, n.1, jan/abr., 2006.
26. DUARTE, Camila Vianna; SILVA, Lucy Leal Melo. Expectativas Diante da aposentadoria: Um estudo de acompanhamento em momento de transição. Revista Brasileira de Orientação Profissional. São Paulo, 2009, 10 (1). Pp. 45-54.
27. DYTZ, Jane Lynn Garinson; LIMA, Maria da Glória & ROCHA, Semianis Melani Melo. Saúde em Debate: Modo de vida e a saúde mental de mulheres de baixa renda. Rio de Janeiro, v.27, nº 63, pp. 15-24, jan/abr, 2003.

28. EXAME. PM é a mais confiável em MG e a Polícia Civil no DF. Disponível <[HTTP://www.exame.abril.com.br/brasil/noticias/pm-e-mais-confiavel-em-mg-e-policia-civil-no-df-veja-lista.](http://www.exame.abril.com.br/brasil/noticias/pm-e-mais-confiavel-em-mg-e-policia-civil-no-df-veja-lista)> Acessado em: 19/02/2014.
29. FIGUEIREDO, L.C. Matrizes do pensamento psicológico. Petrópolis: Vozes, 1991.
30. FLICK U. Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Bookman, 2004.
31. FORTES, Maria Zenaura de Souza; GERA, Maria Zita Figueiredo; LISBOA, Marilu Diez. Os “Desaposentados” da Terceira Idade. <http://legacy.unifacf.com.br/novo/publicações/IIforum/textosic/marirazeraura,marilue mariazita.pdf>, acessado em 06 de agosto de 2012.
32. FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
33. _____. História da sexualidade I: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2011.
34. _____. Vigiar e Punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. 39ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
35. FRANÇA, Lucia Helena de Freitas Pinho e SOARES, Dulce Helena Penna Soares. Preparação para a aposentadoria como parte da educação ao longo da vida. *Psicol.Prof.v.29.n.4.Brasília, dez.2009*.
36. GASPARI, E. A ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
37. GONZÁLEZ REY,F. Problemas epistemológicos de la Psicología. Mexico: Colégio de Ciências y Humanidades/Universidad Nacional Autónoma de México.
38. _____. Psicologia e saúde: desafios atuais. *Psicol. Reflex. Crit.*, 1997, vol.10, no.2, pp.275-288.
39. _____. Psicologia e educação: desafios e projeções. In: Rays, O.A. (org). Trabalho pedagógico: realidades e perspectivas. Porto Alegre: Sulina: 1999a, p. 102-117.
40. _____. La Cualitativa em Psicologia, rumbos y desafios. São Paulo. Educ, 1999 b.
41. _____. Pesquisa qualitativa em psicologia: Caminhos e Desafios. São Paulo: Thomson, 2002.
42. _____. Sujeito e Subjetividade. São Paulo: Thomson, 2003.

43. _____. Personalidade, saúde e modo de vida. São Paulo: Thomson, 2004. (a)
44. _____. O social na psicologia e psicologia social: a emergência do sujeito. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.(b)
45. _____. Pesquisa qualitativa e Subjetividade: Os processos de construção da Informação. São Paulo: Thomson, 2005 (a).
46. _____. O Valor heurístico da subjetividade na investigação psicológica. Em González Rey, F. Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia. São paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005 (b), pp.27-52.
47. _____. Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade: uma aproximação histórico-cultural. Tradução Gullermo Matias Gamucio. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2007.
48. _____.configurações subjetivas do câncer: um estudo de casos em uma perspectiva construtivo-interpretativa. Psicol. cienc. prof. vol.30 no.2 Brasília, 2010.
49. _____. Subjetividade e Saúde: superando a clínica da patologia. São Paulo: Cortez, 2011.
50. GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. Disponível em: <[http:// www.pcdf.df.gov.br](http://www.pcdf.df.gov.br)>. Acesso em: 05 ago. 2013.
51. GOVERNO FEDERAL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003.
52. GOVERNO FEDERAL. CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.
53. GOVERNO FEDERAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 51 de 20.12.1985. Dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial, nos termos do art. 103, da Constituição Federal. [...]. DOU de 20.12.1985.
54. GOVERNO FEDERAL, LEI 4.878 de 3 de dezembro de 1965. Dispõe sobre o regime jurídico peculiar dos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal. <http://www.leidireto.com.br/lei-4878.html>, acessado em 07 de novembro de 2012 às 11:21h.
55. GOVERNO FEDERAL, LEI 9.264 de 07 de fevereiro de 1996. Dispõe sobre o desmembramento e a reorganização da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, fixa remuneração de seus cargos e dá outras providências. <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104147/lei-9264-96>, acessado em 29 de dezembro de 2012 às 20:06h.

56. KLEIN, L.R. Trabalho, educação e linguagem. *Educar em Revista, Especial*, p. 15-42, 2003.
57. LANCMAN, Selma e UCHIDA, Seiji. Trabalho e Subjetividade: o olhar da psicodinâmica do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do trabalho*. v.6, pp.79-90, 2003.
58. LAVILLE, C & DIONNE, J. *A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Editora UFMG, 1999.
59. LIMA, João Marcelo Maciel & ROSEMBERG, André. De Foucault a Bittner: uma teoria policial é possível? In: Michel Foucault : sexualidade, corpo e direito / Luiz Antônio, Francisco de Souza, Thiago Teixeira Sabatine e Boris Ribeiro de Magalhães, organizadores. – Marília. : Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
60. LINCOLN, Y & GUBA, E. *Naturalistic Inquiry*. California: Sage Publication, 1985, p. 14-109.
61. LUKÁCS, G. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. (Série Temas de Ciências Humanas, nº 4). São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
62. MARCINEIRO, N., & PACHECO, G. C. *Polícia comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI*. Florianópolis: Insular, 2005.
63. MARX, K. *O Capital, Livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
64. MATOS, Aécio Gomes de. *Alienação no Serviço Público*. www.scielo.br/pdf/pcp/v14n1-3/06.pdf. Acessado no dia 21/03/2014 às 14:45h.
65. MAUCH, Cláudia. Considerações sobre a história da polícia. *Métis: história & cultura* – v.6, nº 11, p. 107-119, jan/jun. 2007.
66. MELO, Alessandro de. A redução Ontológica do Homem à Máquina em Marx: subsídios ao debate contemporâneo. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v.25, n.02, p. 153-174, ago. 2009.
67. MENGA LUDKE, M. E. d. A. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, SP: EPU, 1996.
68. MINAYO, M. C de S (ORG). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
69. _____. Estrutura e sujeito, determinismo e protagonismo histórico: uma reflexão sobre a práxis da saúde coletiva. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. vol.6, n.1, pp. 07-19. 2001

70. _____. Qualidade de Vida e Saúde: Um debate necessário. *Ciência e Saúde Coletiva*. v.5, n1, pp. 7-18, 2000.
71. MITJÁNS, Albertina Martínez. A Teoria da Subjetividade de González Rey: Uma Expressão do Paradigma da Complexidade na Psicologia. In: GONZÁLEZ REY, Fernando (org). *Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
72. MONET, J. *Polícias e sociedade na Europa*. 2a ed. trad. M. A. L. Barros. São Paulo: USP. 2002.
73. MONJARDET, Dominique. *O que faz a polícia*. São Paulo: Edusp, 2006.
74. MORI, Valéria D.; GONZÁLEZ REY, Fernando L. Reflexões sobre o social e o individual na experiência do câncer. *Psicol. Soc.* vol.23. Florianópolis, 2011.
75. MOTTA, Maria Alice Alves & URT, Sônia da Cunha. Pensando o Sujeito: Um diálogo entre Castoriadis e González Rey. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.14, n.4, p.621-629, out/dez, 2009.
76. NERI, A.L. *Qualidade de Vida e Idade Madura*. 5ª ed. Campinas – SP: Papyrus, 1993.
77. _____. *Desenvolvimento e envelhecimento: Perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas*. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
78. NEUBERN, M.S. *Complexidade e psicologia Clínica*. Brasília: Editora Plano: 2004.
79. _____. Três Obstáculos Epistemológicos para o Reconhecimento da Subjetividade na Psicologia Clínica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2001, 14 (1), pp 241-252.
80. OLIVEIRA, Catarino de; TORRES, Ana Raquel Rosas; ALBUQUERQUE, Eduardo Simões de. Análise do Bem estar Psicossocial de Aposentados de Goiânia. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 14 (4) pp. 749-757, out/dez. 2009.
81. OLIVEIRA, A.R. *Marx e a exclusão*. Pelotas: Seiva, 2003.
82. PAULA, Janaina Teixeira Silva de; CUPOLILLO, Mercedes Villa. Traçando Caminhos para a Compreensão da Constituição Subjetiva do Envelhecer. In GONZALÉZ REY, Fernando (org). *Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
83. REMEN, R.N. *O paciente como ser humano*. São Paulo: Summus, 1993.

84. RIQUE, C. & SANTOS, M.F.S. Identidade e direitos humanos: a prolongada crise da polícia militar. Em _____(orgs), Os direitos humanos nas representações sociais dos policiais (141-156). Recife: Bagaço, 2004.
85. ROSE, Nikolas. Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade. Coordenação da tradução: Arthur Arruda Leal Ferreira. Petropolis, RJ: Vozes, 2011.
86. SANTOS FILHO, J.P. A violência do policial militar no exercício da função. (Série Violência em Manchete). Disponível em: <[HTTP://WWW.policiaseguranca.hpg.ig.com.br](http://WWW.policiaseguranca.hpg.ig.com.br)>. (acessado em 03/05/03).
87. SANTOS, José Vicente Tavares dos. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 9 (1): pp.155-167, maio de 1997.
88. SOARES, Neusa Eiras; FRANÇA, Lúcia Helena. A importância das relações intergeracionais na quebra de preconceitos sobre a velhice. In: VERAS, Renato (org). Terceira idade desafios para o terceiro milênio. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Unati/Uerj, 1997.
89. TEIXEIRA *ER et al.* O estilo de vida do cliente com hipertensão arterial. Esc Anna Nery R Enferm; 10 (3): pp.378 – 84, dez, 2006.
90. TOLFO, Suzana da Rosa, PICCININI, Valmíria. Sentidos e Significados do trabalho: Explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. Psicologia&Sociedade; n.19, Edição Especial 1: pp.38-46, 2007.
91. TURATO, E. Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
92. VERONESE, Marília Veríssimo. Subjetividade, trabalho e solidariedade. Aletheia, n. 24, pp. 105-113, jul./dez. 2006.
93. VYGOTSKY, Lev Semenovitch. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
94. WEBER, M. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção de um tipo ideal. In E. Campos (Org.), *Sociologia da Burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1996.
95. YÉDES – TRAVERSO, Martha. A interface Psicologia Social e Saúde: Perspectivas e Desafios. Psicologia em Estudo, v.6, n.2, p. 49-56, jul/dez. 2001.

APÊNDICE
Termo de Consentimento livre e Esclarecido - TCLE